

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	39

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	150
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	152
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	153

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.680.796
Preferenciais	2.693.485
Total	4.374.281
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/01/2011	Ordinária		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/01/2011	Preferencial		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	17/03/2011	Ordinária		0,08740
Reunião do Conselho de Administração	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	17/03/2011	Preferencial		0,08740
Reunião do Conselho de Administração	03/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	17/03/2011	Ordinária		0,04720
Reunião do Conselho de Administração	03/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	17/03/2011	Preferencial		0,04720
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2011	Ordinária		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2011	Preferencial		0,01400
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	10/06/2011	Ordinária		0,11170
Reunião do Conselho de Administração	28/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	10/06/2011	Preferencial		0,11170

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	28.657.000	28.218.000
1.01	Ativo Circulante	1.691.000	1.611.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	867.000	518.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	867.000	518.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	847.000	489.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	20.000	29.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	386.000	383.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	386.000	383.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	438.000	710.000
1.01.08.03	Outros	438.000	710.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	58.000	50.000
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	125.000	136.000
1.01.08.03.03	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	242.000	510.000
1.01.08.03.04	Outros Créditos Diversos	13.000	14.000
1.02	Ativo Não Circulante	26.966.000	26.607.000
1.02.02	Investimentos	26.127.000	25.768.000
1.02.02.01	Participações Societárias	26.127.000	25.768.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	26.127.000	25.768.000
1.02.03	Imobilizado	7.000	7.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.000	7.000
1.02.04	Intangível	832.000	832.000
1.02.04.01	Intangíveis	832.000	832.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	28.657.000	28.218.000
2.01	Passivo Circulante	2.074.000	1.916.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	140.000	104.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	140.000	104.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	140.000	104.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.094.000	1.064.000
2.01.04.02	Debêntures	1.094.000	1.064.000
2.01.05	Outras Obrigações	825.000	712.000
2.01.05.02	Outros	825.000	712.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	823.000	712.000
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	2.000	0
2.01.06	Provisões	15.000	36.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	14.000
2.01.06.02	Outras Provisões	15.000	22.000
2.01.06.02.04	Outras	15.000	22.000
2.03	Patrimônio Líquido	26.583.000	26.302.000
2.03.01	Capital Social Realizado	13.266.000	13.266.000
2.03.02	Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.509.000	13.129.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812.000	1.777.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.697.000	9.726.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	425.000
2.03.04.11	Outras Reservas	0	1.201.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-204.000	-105.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.264.000	1.063.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.000	-9.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.000	1.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-46.000	-58.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.319.000	1.129.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.264.000	1.063.000
3.06	Resultado Financeiro	-10.000	-29.000
3.06.01	Receitas Financeiras	20.000	22.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.000	-51.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.254.000	1.034.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.000	-13.000
3.08.01	Corrente	0	-47.000
3.08.02	Diferido	6.000	34.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.260.000	1.021.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.260.000	1.021.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29	0,23
3.99.01.02	PN	0,29	0,23

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	1.260.000	1.021.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-99.000	-58.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-139.000	-19.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	17.000	-32.000
4.02.03	Hedge de Fluxo de Caixa	23.000	-7.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.161.000	963.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-433.000	-17.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-65.000	-141.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-368.000	124.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Outros Ativos não Financeiros	-491.000	21.000
6.01.02.02	(Redução)Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outros Passivos não Financeiros	473.000	83.000
6.01.02.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-7.000
6.01.02.04	(Aumento)Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-350.000	27.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.083.000	964.000
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.083.000	964.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-650.000	-684.000
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-650.000	-684.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	263.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	136.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	0	399.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-106.000	26.301.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-106.000	26.301.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-432.000	-341.000	0	-773.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	13.000	0	0	13.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-445.000	-341.000	0	-786.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.260.000	-67.000	1.193.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.260.000	0	1.260.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-67.000	-67.000
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-67.000	-67.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	812.000	-919.000	-32.000	-139.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	919.000	-919.000	0	0
5.06.04	Outros	0	0	-107.000	0	-32.000	-139.000
5.07	Saldos Finais	13.266.000	12.000	13.509.000	0	-205.000	26.582.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-239.000	-360.000	0	-599.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-239.000	-219.000	0	-458.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-141.000	0	-141.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.021.000	0	1.021.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.021.000	0	1.021.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	473.000	-469.000	-58.000	-54.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	464.000	-464.000	0	0
5.06.04	Outras Destinações	0	0	9.000	-5.000	-58.000	-54.000
5.07	Saldos Finais	13.000.000	-3.000	12.070.000	-1.409.000	-101.000	23.557.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	21.000	23.000
7.01.02	Outras Receitas	21.000	23.000
7.01.02.01	Ganhos (Líquidos) com Ativos Financeiros	20.000	22.000
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	1.000	1.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-37.000	-54.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.000	-2.000
7.02.04	Outros	-35.000	-52.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-16.000	-31.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-16.000	-31.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.319.000	1.129.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.319.000	1.129.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.303.000	1.098.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.303.000	1.098.000
7.08.01	Pessoal	3.000	6.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.000	6.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.000	71.000
7.08.02.01	Federais	40.000	71.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.260.000	1.021.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	341.000	220.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	919.000	801.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	282.957.000	275.635.000
1.01	Ativo Circulante	274.402.000	267.248.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.462.000	4.029.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	138.809.000	133.219.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.671.000	132.060.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	40.187.000	42.619.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	16.510.000	16.803.000
1.01.02.01.03	Depósitos Compulsórios no Banco Central	33.193.000	31.469.000
1.01.02.01.04	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.600.000	5.425.000
1.01.02.01.05	Aplicações no Mercado Aberto	39.389.000	32.786.000
1.01.02.01.06	Derivativos	3.738.000	2.846.000
1.01.02.01.07	Ativos Financeiro Designados a Valor Justo Através do Resultado	54.000	112.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.138.000	1.159.000
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.138.000	1.159.000
1.01.03	Contas a Receber	103.768.000	100.756.000
1.01.03.01	Clientes	103.768.000	100.756.000
1.01.03.01.01	Operações de Créditos	111.054.000	108.068.000
1.01.03.01.02	(-) Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	-7.286.000	-7.312.000
1.01.04	Estoques	735.000	663.000
1.01.05	Ativos Biológicos	1.047.000	1.030.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.581.000	27.551.000
1.01.08.03	Outros	25.581.000	27.551.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	9.060.000	9.450.000
1.01.08.03.03	Bens Destinados a Venda	40.000	32.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Financeiros	13.327.000	15.724.000
1.01.08.03.05	Outros Ativos Não Financeiros	3.154.000	2.345.000
1.02	Ativo Não Circulante	8.555.000	8.387.000
1.02.02	Investimentos	1.116.000	1.079.000
1.02.02.01	Participações Societárias	1.116.000	1.079.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.116.000	1.079.000
1.02.03	Imobilizado	4.738.000	4.617.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.738.000	4.617.000
1.02.04	Intangível	2.701.000	2.691.000
1.02.04.01	Intangíveis	2.701.000	2.691.000
1.02.04.01.02	Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento	885.000	914.000
1.02.04.01.03	Associações p/ Prom. e Oferta de Prod. Serv. Financ	638.000	525.000
1.02.04.01.04	Software	587.000	534.000
1.02.04.01.05	Direitos de Administração de Fundos de Investimento	90.000	96.000
1.02.04.01.06	Ágio	832.000	970.000
1.02.04.01.07	Marcas e Patentes	556.000	520.000
1.02.04.01.08	Outros Ativos Intangíveis	2.000	2.000
1.02.04.01.09	Amortizacao Acumulada do Intangível	-889.000	-870.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	282.957.000	275.635.000
2.01	Passivo Circulante	253.505.000	246.456.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.339.000	5.650.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.339.000	5.650.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	203.000	364.000
2.01.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Diferidos	2.852.000	3.114.000
2.01.03.01.03	Outras	2.284.000	2.172.000
2.01.05	Outras Obrigações	242.442.000	235.225.000
2.01.05.02	Outros	242.442.000	235.225.000
2.01.05.02.04	Recursos Captados	193.491.000	187.876.000
2.01.05.02.05	Derivativos	2.799.000	2.077.000
2.01.05.02.06	Provisão de Seguros e Previdência Privada	21.831.000	20.789.000
2.01.05.02.07	Passivos de Planos de Capitalização	1.085.000	952.000
2.01.05.02.08	Outros Passivos Financeiros	13.146.000	14.999.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos Não Financeiros	10.090.000	8.532.000
2.01.06	Provisões	5.724.000	5.581.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.724.000	5.581.000
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	3.085.000	2.955.000
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.529.000	1.518.000
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.110.000	1.108.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	29.452.000	29.179.000
2.03.01	Capital Social Realizado	13.266.000	13.266.000
2.03.02	Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	12.000	12.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.509.000	13.129.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.812.000	1.777.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.524.000	9.726.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	445.000
2.03.04.10	Outras Reservas	173.000	1.181.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-204.000	-105.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.869.000	2.877.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.269.000	1.421.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-951.000	-1.106.000
3.03	Resultado Bruto	318.000	315.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.006.000	-2.646.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.580.000	-2.302.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	397.000	549.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-909.000	-931.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	86.000	38.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.688.000	-2.331.000
3.06	Resultado Financeiro	4.717.000	3.908.000
3.06.01	Receitas Financeiras	11.398.000	9.283.000
3.06.01.01	Receita de Juros e Rendimentos	8.250.000	6.601.000
3.06.01.02	Valores Mobiliários	93.000	108.000
3.06.01.03	Receita de Dividendos	18.000	19.000
3.06.01.04	Receita de Prestação de Serviços Financeiros	1.624.000	1.426.000
3.06.01.05	Receita de Prêmios de Oper.Seguros e Previdência	1.413.000	1.129.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.681.000	-5.375.000
3.06.02.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-4.049.000	-2.938.000
3.06.02.02	Perdas com Crédito, Recebíveis e Sinistros	-2.206.000	-2.053.000
3.06.02.03	Despesas Tributárias	-426.000	-384.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.029.000	1.577.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-662.000	-439.000
3.08.01	Corrente	-802.000	-561.000
3.08.02	Diferido	140.000	122.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.367.000	1.138.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.367.000	1.138.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.260.000	1.021.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	107.000	117.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,29	0,23
3.99.01.02	PN	0,29	0,23
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,29	0,23
3.99.02.02	PN	0,29	0,23

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.367.000	1.138.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-99.000	-58.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-139.000	-19.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	17.000	-32.000
4.02.03	Hedge Fluxo de Caixa	23.000	-7.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.268.000	1.080.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.161.000	963.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	107.000	117.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.658.000	-7.655.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.700.000	3.118.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.367.000	1.138.000
6.01.01.02	Opções de Outorgas Reconhecidas	12.000	9.000
6.01.01.03	Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.501.000	1.484.000
6.01.01.04	Variação das Provisões de Seguros e Previdência e Capitalização	995.000	698.000
6.01.01.05	Resultado de Operações de Capitalização	-165.000	-145.000
6.01.01.06	Depreciações, Amortizações e Exaustão	287.000	281.000
6.01.01.07	Juros, Var. Cambiais e Monet. Líquidas	40.000	38.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-58.000	-50.000
6.01.01.09	Tributos Diferidos	-140.000	-122.000
6.01.01.10	Resultado de Participação em Empresas Não Consolidadas	86.000	-38.000
6.01.01.11	(Ganho) Perda em Ativo Financeiro Disponível para Venda	-67.000	-32.000
6.01.01.12	(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	1.000	19.000
6.01.01.13	(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	0	-4.000
6.01.01.14	(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado	4.000	1.000
6.01.01.15	(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis	0	-19.000
6.01.01.16	Perda por Impairment de Intangível	1.000	0
6.01.01.17	Outros	-161.000	989.000
6.01.01.18	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-3.000	0
6.01.01.19	Resultado de Participação em Empresas Não Consolidadas Não Consolidadas	0	-1.129.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.358.000	-10.773.000
6.01.02.01	(Aumento)Redução em Aplicações no Mercado Aberto	-10.778.000	-6.050.000
6.01.02.02	(Redução) Aumento em Impostos e Obrigações Trabalhistas	-13.000	-7.000
6.01.02.03	(Aumento)Redução em Aplicações em Depósitos Compulsório no Banco Central	-1.853.000	-6.841.000
6.01.02.04	(Aumento)Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Derivativos (Ativo/Passivo)	1.864.000	272.000
6.01.02.05	(Aumento)Redução em Fornecedores	22.000	-56.000
6.01.02.06	(Aumento)Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo	55.000	-80.000
6.01.02.07	(Aumento)Redução em Operações de Crédito	-4.756.000	-3.858.000
6.01.02.08	(Aumento)Redução em Estoques	-76.000	-27.000
6.01.02.09	(Aumento)Redução em Ativos Fiscais	742.000	894.000
6.01.02.10	(Aumento)Redução Outros Ativos Financeiros	1.170.000	-121.000
6.01.02.11	(Aumento)Redução em Outros Ativos	222.000	-199.000
6.01.02.12	(Redução)Aumento em Depósitos	564.000	-2.555.000
6.01.02.13	(redução)Aumento em Captações no Mercado Aberto	2.598.000	5.748.000
6.01.02.14	(Redução)Aumento em Contas a Pagar	497.000	123.000
6.01.02.15	(Redução)Aumento em Recursos de Mercados Interbancários	2.208.000	1.126.000
6.01.02.16	(Redução)Aumento em Provisão de Seguros e Previdência e Capitalização	260.000	76.000
6.01.02.17	(redução)Aumento em Outros Passivos	-309.000	1.629.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01.02.18	(Redução)Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-189.000	53.000
6.01.02.19	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-614.000	-339.000
6.01.02.20	Outros	28.000	-561.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	957.000	1.611.000
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio/ Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas	691.000	30.000
6.02.02	Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.721.000	2.795.000
6.02.03	Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	106.000	19.000
6.02.04	Alienação de Bens Destinados a Venda	10.000	2.000
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	8.000	9.000
6.02.06	Distratos de Operação do Intangível	127.000	24.000
6.02.07	Aquisição de Ativos Financeiros Disponível para Venda	-1.207.000	-1.010.000
6.02.08	Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	-45.000	-34.000
6.02.10	Aquisição de Investimento	0	-5.000
6.02.11	Aquisição de Imobilizado de Uso e Intangível	-454.000	-219.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-984.000	795.000
6.03.01	Captação em Mercados Institucionais	1.466.000	1.352.000
6.03.02	Resgate em Mercados Institucionais	-991.000	-50.000
6.03.03	Ingresso de Financiamentos	182.000	386.000
6.03.04	Pagamento de Financiamentos	-156.000	-240.000
6.03.06	Variação da Participação dos Acionistas Não Controladores	-119.000	76.000
6.03.07	Ortoga de Opções de Ações	49.000	26.000
6.03.08	Ações em Tesouraria	-6.000	-5.000
6.03.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores	-3.000	-10.000
6.03.11	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1.406.000	-740.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-6.000	45.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.691.000	-5.204.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.989.000	25.883.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.298.000	20.679.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-106.000	26.301.000	2.877.000	29.178.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	12.000	13.129.000	0	-106.000	26.301.000	2.877.000	29.178.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-432.000	-341.000	0	-773.000	0	-773.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	13.000	0	0	13.000	0	13.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-445.000	-341.000	0	-786.000	0	-786.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.260.000	-67.000	1.193.000	107.000	1.300.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.260.000	0	1.260.000	107.000	1.367.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-67.000	-67.000	0	-67.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	812.000	-919.000	-32.000	-139.000	-115.000	-254.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	919.000	-919.000	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	-107.000	0	-32.000	-139.000	0	-139.000
5.06.05	Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-115.000	-115.000
5.07	Saldos Finais	13.266.000	12.000	13.509.000	0	-205.000	26.582.000	2.869.000	29.451.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000	2.649.000	25.838.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.000.000	-3.000	11.836.000	-1.601.000	-43.000	23.189.000	2.649.000	25.838.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-239.000	-360.000	0	-599.000	0	-599.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-239.000	-219.000	0	-458.000	0	-458.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-141.000	0	-141.000	0	-141.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.021.000	0	1.021.000	117.000	1.138.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.021.000	0	1.021.000	117.000	1.138.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	473.000	-469.000	-58.000	-54.000	-62.000	-116.000
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	464.000	-464.000	0	0	0	0
5.06.04	Outros	0	0	9.000	-5.000	-58.000	-54.000	-62.000	-116.000
5.07	Saldos Finais	13.000.000	-3.000	12.070.000	-1.409.000	-101.000	23.557.000	2.704.000	26.261.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	11.025.000	9.050.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.269.000	1.421.000
7.01.02	Outras Receitas	10.821.000	8.818.000
7.01.02.01	Resultado Financeiro e de Valores Mobiliários	8.494.000	6.944.000
7.01.02.02	Resultado das Operações c/ Seg., Prev. e Capitaliz.	565.000	222.000
7.01.02.03	Juros, Rendtos., Dividendos e Prest. de Serv. Financ.	1.643.000	1.445.000
7.01.02.04	Outras	119.000	207.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-1.065.000	-1.189.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.247.000	-5.906.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-951.000	-1.106.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-288.000	-242.000
7.02.04	Outros	-6.008.000	-4.558.000
7.02.04.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-4.049.000	-2.938.000
7.02.04.02	Despesas com Sinistros	-133.000	-153.000
7.02.04.03	Outras Despesas	-1.073.000	-866.000
7.02.04.04	Processamento de Dados e Telecomunicações	-274.000	-229.000
7.02.04.05	Propaganda, Promoções e Publicidade	-80.000	-73.000
7.02.04.06	Instalações, Conservação e Manutenção de Bens	-67.000	-71.000
7.02.04.07	Transporte	-51.000	-48.000
7.02.04.08	Segurança	-44.000	-36.000
7.02.04.09	Viagens	-15.000	-10.000
7.02.04.10	Outros Insumos Adquiridos de Terceiros	-222.000	-134.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.778.000	3.144.000
7.04	Retenções	-195.000	-174.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-195.000	-174.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.583.000	2.970.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.000	38.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	79.000	38.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.662.000	3.008.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.662.000	3.008.000
7.08.01	Pessoal	961.000	830.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	747.000	646.000
7.08.01.02	Benefícios	152.000	131.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	62.000	53.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.251.000	964.000
7.08.02.01	Federais	1.171.000	895.000
7.08.02.02	Estaduais	19.000	19.000
7.08.02.03	Municipais	61.000	50.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	83.000	76.000
7.08.03.02	Aluguéis	83.000	76.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.367.000	1.138.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	341.000	360.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	919.000	661.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	107.000	117.000

Comentário do Desempenho

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a março de 2011

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Itaúsa - Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas e controlada em conjunto relativos ao primeiro trimestre de 2011, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

Os demonstrativos financeiros disponibilizados nesta data junto à CVM e BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (*International Financial Reporting Standards*), em consonância com as instruções CVM 457/07 e CVM 485/10.

Com o objetivo de fazer uma transição de maneira transparente e dentro das melhores práticas, apresentaremos, quando aplicável, os destaques financeiros antes e após os ajustes, para melhor comparabilidade.

Destaques

Itaúsa

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorrida em 29 de abril de 2011 foi eleito, para mandato anual, José Sergio Gabrielli de Azevedo, como membro do Conselho de Administração da Itaúsa. Além de conhecida expertise na área executiva, presidente da Petrobras desde julho de 2005, trabalhou também na área de relações com investidores ao longo de sua carreira. Natural de Salvador – Bahia, PhD em Economia pela Universidade de Boston e graduado em Economia pela UFBA-Universidade Federal da Bahia. Atualmente é professor titular licenciado de macroeconomia da UFBA.

Essa eleição está em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, pois José Sergio Gabrielli foi indicado por acionistas minoritários e se caracteriza por ser membro independente do Conselho de Administração.

Na mesma data, em pauta Extraordinária, foi aprovado o aumento do Capital Social em R\$ 412 milhões. Na mesma Assembleia ocorreu a eleição de José Carlos Moraes de Abreu para Presidente de Honra da Itaúsa.

Itaú Unibanco

O Itaú Unibanco disponibilizou aos seus clientes uma conta-corrente para utilização exclusiva nos canais eletrônicos do Itaú Unibanco. A iConta permite realizar transações pela internet, telefone (atendimento eletrônico), celular, iPad e nos caixas eletrônicos, de forma ilimitada e gratuita.

O Itaú BBA inaugurou um escritório de representação no Peru, em janeiro, intensificando assim o atendimento comercial aos seus clientes fora do Brasil.

Foi lançada a primeira campanha internacional do Itaú, com o objetivo de aumentar o reconhecimento da marca em países onde o banco não tem pontos de venda. Ao longo do ano, a ação utilizará a imagem de personalidades latino-americanas que são reconhecidas e admiradas globalmente.

O Itaú Unibanco captou em abril o maior volume de recursos já obtido por um banco da América Latina junto ao Inter-American Investment Corporation (IIC), membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O montante, de US\$ 280 milhões, será destinado ao crédito a pequenas e médias empresas que adotem boas práticas de sustentabilidade.

Em abril de 2011, o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Brasil, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco Carrefour, pelo valor de R\$ 725 milhões. O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira

Comentário do Desempenho

"Carrefour" no Brasil (canais eletrônicos e 163 hipermercados e supermercados), contando atualmente com uma base de 7,7 milhões de contas e carteira de crédito (valor bruto) no valor de R\$ 2.254 milhões, em 31 de dezembro de 2010. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

Duratex

Foi concretizada em fevereiro a aquisição da Elizabeth Louças Sanitárias, que passou a ser denominada Deca Nordeste Louças Sanitárias Ltda. A operação permite expandir a capacidade produtiva de louças e a otimização da logística de acesso ao Nordeste, região que apresenta rápido crescimento da atividade da construção.

Em 18 de abril, a Duratex divulgou Fato Relevante acerca de decisão estratégica de ampliar sua participação no mercado de painéis de madeira reconstituída. Para tanto, será investido, nos próximos cinco anos, entre recursos próprios e de terceiros, o montante de R\$ 1,2 bilhão na construção de duas novas plantas de MDF (*Medium Density Fiberboard*), com capacidade efetiva de 1,2 milhão de m³/ano.

Itautec

Entre os negócios realizados no trimestre, destacamos o contrato de solução de biometria para um grande banco brasileiro, a ser utilizada em suas ATMs e outros canais de atendimento. A solução contribuirá para o aumento da segurança lógica oferecida pela instituição a seus clientes.

No segmento de automação comercial, foi concluída a venda de significativo volume de impressoras fiscais e serviços para duas das maiores redes de eletroeletrônicos do País. Foi fechado ainda, contrato de software de Monitoramento de Equipamentos e Processos (Automanager) para uma grande rede de varejo supermercadista.

Elekeiroz

Na Elekeiroz, o sistema de coleta e recuperação de gás carbônico para venda a terceiros, que entrou em operação em setembro de 2010, foi responsável pela não emissão de 1,4 mil t de CO₂ para a atmosfera, neste primeiro trimestre de 2011.

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro Líquido	1.311	1.079	2.347	2.387	3.658	3.466
Patrimônio Líquido	24.627	20.532	43.319	39.829	67.946	60.362
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	21,7%	21,4%	21,4%	24,5%	21,5%	23,4%

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA – ANTES DOS AJUSTES EM IFRS

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Lucro Líquido	2011	3.530	78	9	8	3.658
	2010	3.234	81	6	7	3.466
Patrimônio Líquido	2011	63.731	2.692	520	484	67.946
	2010	52.975	2.382	508	449	60.362

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO – EM IFRS

	Controladora		Não Controladores		Conglomerado	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/03/2010
Lucro Líquido	1.260	1.021	107	117	1.367	1.138
Patrimônio Líquido	26.583	23.557	2.869	2.704	29.452	26.261
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	19,1%	17,5%	14,9%	17,3%	18,7%	17,5%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS – EM IFRS

	Mar/2011	Mar/2010	Evolução %
Resultados por lote de mil ações - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,29	0,23	22,6
Valor Patrimonial da Controladora	6,08	5,42	12,1
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	0,07	0,07	(5,8)
Preço da Ação PN (1)	12,68	12,17	4,2
Capitalização de Mercado (2) - em R\$ milhões	55.466	52.889	4,9

(1) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA - EM IFRS

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO/ CONGLOMERADO (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
R\$ Milhões						
Ativos Totais	2011	746.535	6.238	1.086	642	282.957
	2010	600.722	5.671	1.287	628	222.466
Receitas Operacionais (3)	2011	29.676	660	331	185	12.913
	2010	26.156	607	348	205	11.018
Lucro Líquido	2011	3.473	77	11	8	1.367
	2010	3.088	69	8	6	1.138
Patrimônio Líquido	2011	67.651	3.521	522	473	29.452
	2010	60.405	3.206	511	439	26.261
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2011	20,7%	8,8%	8,5%	7,0%	18,7%
	2010	20,9%	8,7%	6,7%	5,7%	17,5%
Geração Interna de Recursos (5)	2011	10.121	203	16	18	3.728
	2010	8.741	177	14	18	3.107

(1) O Conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas; e a consolidação proporcional à participação detida, das empresas sob controle conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em março de 2011 de 36,53% (35,43% em março de 2010).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar)/2).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO IFRS

As principais alterações da adoção do IFRS estão demonstradas nos quadros abaixo:

A – Operações de Crédito

O CPC 38 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que a operação de crédito ou grupo de operações de crédito está em situação de perda por redução do seu valor recuperável.

B – Reconhecimentos da totalidade de Crédito Tributários

O CPC 32 determina que os créditos tributários devem ser mensurados usando-se substancialmente a alíquota efetiva e reconhecidos quando for provável que lucros futuros tributáveis serão gerados, possibilitando a compensação do ativo.

C – Planos de pensão e saúde

De acordo com os requerimentos do CPC 33: para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida positiva, foi reconhecido um ativo; e para os planos onde os cálculos atuariais resultaram em uma posição líquida negativa, foi reconhecido um passivo.

D – Combinação de Negócios

O CPC 15 requer a identificação do adquirente contábil em uma combinação de negócios. Ajustes em decorrência da operação de associação entre Duratex e Satipel e da associação entre Itaú Unibanco e Porto Seguro.

E – Deságios, líquidos

Ainda de acordo com o CPC 15, se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração de resultado.

F – Ativos Biológicos

Esse ajuste refere-se ao reconhecimento do valor justo de reservas florestais da Duratex, conforme requerido pelo CPC 29.

G – Dividendos Excedentes

Esse ajuste refere-se ao fato de que o dividendo proposto, acima do mínimo obrigatório, somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembléia Geral, CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

I) Reconciliação do patrimônio líquido

	Referências	31/3/2011	31/12/2010
Patrimônio Líquido antes dos ajustes de IFRS		24.627	23.743
Patrimônio Líquido de acionistas não controladores		2.334	2.340
Ajustes que afetam o patrimônio líquido entre BR GAAP e IFRS		2.491	3.095
Operações de Crédito	A	838	679
Reconhecimento da totalidade de Crédito Tributário	B	558	595
Planos de pensão e saúde	C	44	44
Combinação de Negócios	D	389	717
Deságios, líquidos	E	448	483
Ativos biológicos	F	219	219
Dividendos Excedentes	G	-	445
Imposto de Renda e Contribuição Social		(719)	(532)
Outros		714	445
Patrimônio Líquido em IFRS		29.452	29.178
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores		2.869	2.876
Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores		26.583	26.302

Comentário do Desempenho

II) Reconciliações do lucro líquido consolidado:

	Referências	31/03/2011	31/03/2010
Lucro Líquido antes dos ajustes de IFRS		1.311	1.079
Lucro Líquido Acionistas não controladores		107	123
Ajustes que afetam o lucro líquido entre BR GAAP e IFRS		(51)	(64)
Operações de Crédito	A	99	(121)
Reconhecimento na totalidade do Crédito Tributário	B	(68)	(39)
Planos de Pensão e Saúde	C	-	(21)
Combinação de Negócios	D	(3)	(61)
Ativos Biológicos	F	-	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(44)	39
Outros		(35)	141
Lucro Líquido em IFRS		1.367	1.138
Lucro Líquido atribuível aos acionistas não controladores		107	117
Lucro Líquido atribuível aos acionistas controladores		1.260	1.021

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

O CPC 19, parágrafos 30 e 40, determina que os investimentos controlados em conjunto devem ser contabilizados pelo método da consolidação proporcional. Desta forma, as demonstrações contábeis do Itaú Unibanco foram consolidadas proporcionalmente nas demonstrações contábeis da Itaúsa. Em 31 de março de 2011 o impacto da desconsolidação de 100% do Itaú Unibanco, no total de ativos do Consolidado da Itaúsa, foi de aproximadamente R\$ 494.082 milhões (2010 – R\$ 409.802 milhões).

Comentário do Desempenho

ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,53% detida pela Itaúsa.

No fim de março de 2011, o total de ativos consolidado alcançou R\$ 746,5 bilhões e evoluiu 12,0% em relação ao mesmo mês de 2010. No primeiro trimestre de 2011, o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores foi 12,5% maior que no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 3,5 bilhões. Este trimestre apresentou rentabilidade anualizada de 20,7% sobre o patrimônio líquido médio (20,9% no mesmo período de 2010).

O Itaú Unibanco recolheu ou provisionou impostos e contribuições próprios no total de R\$ 3,1 bilhões no trimestre. Também foram retidos e repassados tributos no montante de R\$ 1,7 bilhão, que incidiram diretamente sobre a intermediação financeira.

O patrimônio líquido dos acionistas controladores somava R\$ 67,7 bilhões no fim de março de 2011. O Índice de Basileia foi de 16,1% na mesma data, com base no consolidado econômico-financeiro.

O saldo das operações de crédito, incluindo avais e fianças, totalizou R\$ 345,2 bilhões em 31 de março de 2011. O Itaú Unibanco efetua a classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos entre os níveis de risco baixo, médio, alto e com redução ao valor recuperável (impairment), e verifica a probabilidade de perda associada a cada um desses níveis. Em 31 de março de 2011, a relação entre o saldo de crédito classificado como baixo risco e o total da carteira de crédito sem avais e fianças atingiu 66,3%, enquanto a relação entre o crédito com redução ao valor recuperável e a carteira de crédito total alcançou 4,66%, uma melhora de 1,6 ponto percentual em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 368,5 bilhões de reais em 31 de março de 2011.

O Itaú Unibanco, líder no segmento de crédito ao consumo no Brasil, por meio da Itaucard, Hipercard e parcerias, oferece um amplo portfólio de produtos para 38,6 milhões de clientes correntistas e não correntistas, originados em canais proprietários e por meio de parcerias com empresas de destaque em seus respectivos mercados de atuação. Entre os meses de janeiro a março de 2011 o valor transacionado atingiu R\$ 34,5 bilhões, o que representou um aumento de 17,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O valor de mercado em Bolsas de Valores do Itaú Unibanco, calculado considerando a cotação média das ações preferenciais em circulação no último dia de pregão do período, chegou a R\$ 175,2 bilhões no fim de março. Segundo a empresa Bloomberg, o Itaú Unibanco ocupava o 10º lugar no ranking mundial de bancos em 31 de março de 2011, tendo como parâmetro o valor de mercado.

Na área de Cash Management houve um crescimento dos volumes transacionados de 29% comparativamente ao primeiro trimestre de 2010. Observa-se que, em comparação com anos anteriores, não ocorreu a queda sazonal em relação ao quarto trimestre do ano anterior.

Na área de Banco de Investimentos – Renda Fixa, o Itaú BBA participou, no 1º trimestre de 2011, de operações de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram R\$ 1,5 bilhões. No ranking ANBIMA de distribuição de renda fixa, o Itaú BBA ocupava a 1ª posição em março de 2011, com 39,4% de market share. Em emissões internacionais de renda fixa, o Itaú BBA atuou como joint bookrunner de ofertas com volume total de US\$ 6,6 bilhões, alcançando o 5º lugar no ranking ANBIMA de Mercado de Capitais Emissões Externas e 1º lugar entre os bancos brasileiros.

Em renda variável, o Itaú BBA coordenou oito ofertas públicas de ações que totalizaram R\$ 4,0 bilhões, liderando esse mercado no primeiro trimestre de 2011. O Itaú BBA atuou como coordenador em 89% das transações, as quais representaram 96% do volume financeiro emitido no período. Prestou também assessoria financeira a 6 transações de fusões e aquisições e encerra o trimestre em primeiro lugar no ranking da Thomson Reuters em número de transações, acumulando um volume total de transações de US\$ 6,5 bilhões.

A Itaú Corretora intermediou na BM&FBovespa durante o primeiro trimestre um volume de R\$ 53,6 bilhões com clientes pessoas físicas, investidores institucionais, estrangeiros e empresas. Este volume representou um

Comentário do Desempenho

acréscimo de 11% em relação ao mesmo período de 2010. Neste período, a Itaú Corretora ficou em 2º lugar no ranking das corretoras, com uma participação de 6,5% do volume de mercado.

ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida totalizou R\$ 659,9 milhões no primeiro trimestre de 2011, resultado 8,8% acima daquele obtido em 2010.

O desempenho da divisão Deca foi o principal responsável por essa evolução. O bom momento da construção favoreceu amplamente o ambiente de negócios mantendo o ritmo de atividade aquecido. No período, houve expansão superior a 20% do volume expedido, em relação ao mesmo período de 2010. No segmento de madeira houve retração no volume expedido, que foi compensado pela melhora de preços. Desta forma, o Ebitda, no primeiro trimestre de 2011, somou R\$ 182,5 milhões, com margem de 27,7%.

A Divisão Deca divulgou suas novidades para 2011 durante a 19ª Feicon, principal feira de materiais para a indústria da construção, e na Kitchen & Bath, maior feira de cozinhas e banheiros da América Latina. Com patrocínio exclusivo da Deca, realizou-se no Maranhão a 25ª edição da Casa Cor, que também ocorrerá em 17 Estados, incluindo pela primeira vez o Pará.

O desempenho da divisão Madeira foi caracterizado por um ritmo de atividade inferior àquele de 2010, em razão do impacto das medidas macroprudenciais, adotadas este ano pela autoridade monetária, e o movimento de desestocagem verificado em clientes ligados ao segmento moveleiro. Como resultado, houve retração do volume expedido de aproximadamente 8% em relação a igual período de 2010, com conseqüente perda de escala. A melhor base de preços compensou a queda do volume expedido, em relação ao mesmo período de 2010, mantendo a Receita Líquida estável em R\$ 413,7 milhões. Finalmente, com o aumento no custo das resinas e mão de obra, causaram retração do Ebitda para R\$ 110,2 milhões, com margem de 26,6%.

Nos eventos Expo Revestir e Fimma, foram apresentadas ao público as novidades da Divisão Madeira nas linhas Durafloor *Style*, *Vintage*, *Design*, *Nature*, *Ritz* e *Way*. No segmento de painéis, foi lançada a Linha *Lume*, produzida a partir do MDF com acabamento em baixa pressão, além de novos padrões das linhas Prisma, Essencial, Duna e Atual.

O lucro líquido no primeiro trimestre de 2011 somou R\$ 76,9 milhões, com crescimento de 12,0% em relação a 2010 e equivale a um retorno sobre o patrimônio líquido médio de 8,8%.

O valor adicionado no primeiro trimestre de 2011 após os ajustes IFRS totalizou R\$ 342,5 milhões. Desse montante, R\$ 100,3 milhões, equivalentes a 11,6% das receitas obtidas e a 29,3% do valor adicionado total, foram destinados aos governos federal, estadual e municipal na forma de impostos e contribuições.

Itautec

No primeiro trimestre de 2011, a receita líquida de vendas e serviços consolidada da Itautec atingiu R\$ 331,4 milhões, com queda de 4,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. O motivo foi a reduzida atividade de vendas de produtos de automações, principalmente ATMs, e de produtos de computação, principalmente desktops, quando comparado àquele período.

A Unidade Soluções de Automação obteve, no primeiro trimestre de 2011, receita líquida de R\$ 70,5 milhões com a comercialização de equipamentos no Brasil, somada às operações das subsidiárias Itautec no exterior, montante inferior em 25,8% ao obtido no mesmo período do ano anterior. Foram expedidos no trimestre 3,6 mil equipamentos, volume 9,5% menor em relação ao primeiro trimestre de 2010. A queda no volume expedido está associada à sazonalidade específica do setor bancário.

A Unidade Soluções de Computação auferiu receita líquida de R\$ 158,5 milhões com a comercialização de equipamentos de computação nos três meses iniciais de 2011, com diminuição de 9,2% em relação ao mesmo trimestre de 2010. Foram expedidos 102,2 mil equipamentos, volume inferior em 6,1% em relação ao mesmo

Comentário do Desempenho

período do ano anterior. A queda está associada, principalmente, ao menor volume de desktops comercializados no período, em razão da redução dos negócios no setor empresarial, particularmente no segmento governo.

A receita líquida da Unidade Serviços Tecnológicos atingiu, no primeiro trimestre de 2011, R\$ 102,4 milhões, valor 29,7% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, resultado da ampliação dos negócios como serviços de manutenção e suporte em equipamentos de computação em grande empresa pública do setor financeiro; ampliação significativa nos serviços de logística de peças para uma multinacional norte-americana do segmento de tecnologia; importantes projetos de infraestrutura de rede para companhias do setor de construção civil; e aumento dos serviços de manutenção e suporte em equipamentos de automação bancária para clientes do setor financeiro.

Alinhado com o Plano Estratégico da Itaútec, no primeiro trimestre de 2011 foram investidos R\$ 17,6 milhões, sendo R\$ 15,4 milhões em pesquisa e desenvolvimento e R\$ 2,2 milhões em imobilizado operacional, dos quais R\$ 1,0 milhão foi direcionado à área de tecnologia da informação (TI).

O lucro líquido no primeiro trimestre de 2011 somou R\$ 11,0 milhões o que equivale a um retorno sobre o patrimônio líquido médio de 9,0%.

Elekeiroz

No primeiro trimestre de 2011, a Receita Líquida alcançou R\$ 185,4 milhões, com queda de 9,7% em relação a 2010. As vendas ao mercado interno aumentaram 5%, porém, as exportações diminuíram 50% em relação a 2010. A América do Sul foi o principal destino das exportações, com participação de 36%, seguida pela América do Norte e pelo continente asiático, com 28% cada um. A relação entre as exportações e a receita líquida baixou de 26% no primeiro trimestre de 2010 para 14% em 2011.

O Lucro Líquido foi de R\$ 8,2 milhões, com alta de 32% sobre 2010; o Ebitda atingiu R\$ 16,7 milhões, com alta de 2% sobre o ano anterior; e a Margem Ebitda alcançou 9,0% no primeiro trimestre de 2011.

O endividamento junto às instituições financeiras continuou reduzido, alcançando R\$ 42,2 milhões no fim de março de 2011, equivalente a 63% do Ebitda anualizado e a 9% do Patrimônio Líquido. As disponibilidades, com R\$ 76,0 milhões, excederam o endividamento em 1,8 vez.

Comentário do Desempenho

GESTÃO DE PESSOAS

A Itaúsa e suas controladas contavam com mais de 126 mil colaboradores em 31 de março de 2011. No período, foram investidos R\$ 50,6 milhões em programas de educação, treinamento e desenvolvimento. O valor aplicado em remuneração fixa das equipes, somado aos encargos e benefícios, totalizou R\$ 3,2 bilhões. Os benefícios sociais para colaboradores e dependentes totalizaram R\$ 393 milhões.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco

A Fundação Itaú Social e o Instituto Unibanco instituíram o concurso Conte sua História, que desde janeiro está mobilizando os mais de 100 mil colaboradores do Itaú Unibanco para o compartilhamento de histórias pessoais sobre a participação em atividades voluntárias em todo o país.

A Fundação Itaú Social e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançaram em São Paulo a nona edição do Prêmio Itaú-Unicef, com o tema Educação Integral: Experiências que transformam. O objetivo é estimular o trabalho de organizações sem fins lucrativos que contribuam para a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, em articulação com políticas públicas de educação e assistência social. Durante o lançamento, em março, foi divulgada a publicação “Tendências para Educação Integral”, com dados levantados pela pesquisa Perspectivas da Educação Integral.

O Instituto Unibanco premiou os destaques dos projetos Jovem de Futuro e Entre Jovens 2010, com o reconhecimento de alunos, professores, coordenadores e diretores das escolas públicas de ensino médio que alcançaram os melhores resultados no combate à evasão escolar e na melhoria do desempenho dos alunos.

O Instituto Unibanco lançou a campanha Estudar Vale a Pena, que estimula alunos, professores e corpo diretivo das escolas de ensino médio a se engajar em ações contra o abandono escolar.

Duratex

Com destaque para o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais, a Duratex aplicou R\$ 5,5 milhões em ações direcionadas ao meio ambiente.

Foi realizada entre 14 e 17 de fevereiro a auditoria anual para manutenção da certificação ISO 14001 de fazendas da Unidade Florestal de Botucatu e do viveiro de produção de mudas. Conduzido por auditores externos, o trabalho focou nos processos, treinamento de pessoal, cuidados operacionais e impacto ambiental e não registrou problemas.

No período, foi concluída a definição do novo conjunto de Visão, Missão e Valores da companhia. Sob a supervisão do Conselho de Administração, o processo envolveu em sua primeira etapa mais de uma centena de colaboradores, dos mais diversos níveis hierárquicos e localidades. Uma vez identificadas a Visão, Missão e os Valores convergentes nesse grupo, foi realizada uma consulta pública com os quase 10 mil colaboradores, que contribuíram validando o trabalho e acrescentando comentários. Essa consulta apresentou o índice de retorno de 54%, o que indica a participação ativa de mais de 5 mil colaboradores.

As ações da Duratex fazem parte do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne empresas que se destacam na aplicação do conceito internacional de sustentabilidade Triple Bottom Line – que avalia aspectos sociais, ambientais e econômico-financeiros, aos quais foram incorporadas práticas relacionadas a governança corporativa, características do negócio, natureza do produto e mudanças climáticas. A empresa também tem suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento que engloba as companhias que se destacam na adoção de elevados padrões de governança corporativa.

Itautec

A Itautec esteve presente no 2º Fórum Mundial de Sustentabilidade, realizado no mês de março em Manaus/AM, que reuniu lideranças empresariais, políticas e ambientais em defesa de práticas e mecanismos para o desenvolvimento sustentável mundial. Como apoiadora, a empresa pôs notebooks à disposição dos participantes e distribuiu o Guia do Gestor de TI Sustentável e o Guia do Usuário Consciente de Produtos Eletrônicos, em um estande que mostrava as práticas sustentáveis da Itautec.

Comentário do Desempenho

A unidade industrial da Itaotec localizada em Jundiaí/SP recebeu a visita de oito escolas no primeiro trimestre de 2011. Os alunos puderam conhecer o processo produtivo da Itaotec e seu Centro de Reciclagem, que no período destinou 416,7 toneladas de resíduos recicláveis, correspondentes a 82,8% do total de resíduos gerados na unidade.

Elekeiroz

Tiveram continuidade no período os programas de aumento da produtividade, manutenção das instalações existentes, segurança dos colaboradores e preservação do meio ambiente, que requereram investimentos de R\$ 10,9 milhões.

Todas as linhas de produção e produtos da Elekeiroz são certificadas pela ISO 9001. A empresa pratica o Programa de Atuação Responsável do International Council of Chemical Associations, administrado no Brasil pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco

No trimestre, estiveram presentes ao Instituto Itaú Cultural 27 mil pessoas. O site do instituto obteve 3 milhões de acessos, com mais de 2 milhões de acessos para as enciclopédias de Artes Visuais, Arte e Tecnologia, Teatro e Literatura. A primeira grande exposição anual, "Sob o Peso dos Meus Amores", foi visitada por cerca de 23 mil pessoas no período, enquanto que a primeira ocupação do ano, "Haroldo de Campos – H LÁXIA", contabilizou 33 mil visitantes. O programa Rumos Itaú Cultural lançou, em fevereiro, editais para as categorias de Artes Visuais; Educação, Cultura e Arte; e Jornalismo Cultural.

A Coleção Brasileira Itaú, já apresentada em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, chegou à Universidade de Fortaleza, da Fundação Edson Queiroz. A mostra reuniu no Espaço Cultural Unifor cerca de 300 itens ligados à história do Brasil, entre pinturas, aquarelas, desenhos, gravuras, mapas e livros.

Duratex

Sob o slogan "Só marcas fortes duram mais de 60 anos", a Duratex iniciou, em fevereiro, uma série de ações comemorativas que se estenderão por todo o ano. Para celebrar a data, e reforçar seu compromisso social, a empresa vem promovendo concertos com a Filarmônica Bachiana Sesi- SP, sob a regência de João Carlos Martins, nas cidades onde possui unidades instaladas.

Voltados a colaboradores e à comunidade local, os concertos são abertos à população. A cada exibição, todos são convidados a doarem livros ou alimentos a instituições da região. O maestro também faz uma visita aos projetos sociais apoiados pelas Prefeituras locais. Todas essas ações vêm sendo amplamente divulgadas à imprensa.

Até abril, já haviam sido realizadas 5 apresentações em São Leopoldo e Taquari, no Rio Grande do Sul, e em Estrela do Sul e Uberaba, em Minas Gerais, e em Botucatu, em São Paulo, mobilizando 11 mil pessoas e dando visibilidade a projetos sociais que envolvem mais de 5 mil jovens.

Itautec

A Itautec mantém parceria com o Instituto Ayrton Senna, a quem repassou a quantia de R\$ 296,1 mil no primeiro trimestre de 2011, como resultado das vendas de netbooks, notebooks e desktops mercado de varejo.

A empresa está patrocinando, por meio da Lei Rouanet, a temporada 2011 da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), instituição reconhecida nacional e internacionalmente por sua qualidade e excelência. Este é o quinto ano em que a Itautec patrocina a temporada realizada em São Paulo.

Elekeiroz

Neste primeiro trimestre de 2011 a Elekeiroz deu continuidade a seus compromissos sociais apoiando os seguintes Projetos: Documentário da Serra do Japi, patrimônio reconhecido pela Unesco como "Reserva da Biosfera da Mata Atlântica"; Projeto ATEAL- Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem, promovendo empregabilidade e emancipação de 20 adolescentes deficientes auditivos em oficinas especiais; Projeto ADD - Associação Desportiva para Deficientes - Vôlei sentado, e Projeto "Na Mão Certa", projeto que a elekeiroz apóia desde 2009, no combate à exploração sexual infantil nas estradas brasileiras. Ainda nesse primeiro trimestre contribuímos financeiramente para a Campanha contra Dengue que está sendo coordenada pelo COFIC- Comitê de Fomento Industrial de Camaçari.

Comentário do Desempenho

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco

- Melhor Private Banking do Brasil e do Peru, segundo a revista *Euromoney*, pela quarta vez – a operação brasileira já havia sido reconhecida em 2007, 2009 e 2010.
- Best FX in Brazil no prêmio Best Foreign Exchange Banks 2011, da Global Finance, pela terceira vez consecutiva.
- Melhor instituição na categoria Best Domestic Cash Manager in Brazil em 2010, de acordo com a revista inglesa *Euromoney*, premiação que o banco já havia recebido em 2009.
- Inclusão entre as Best Managed Companies in Latin America survey, também pela revista *Euromoney*, na categoria Most Convincing and Coherent Strategy – Banking & Financial Sector.

Elekeiroz

- A Elekeiroz foi citada como um dos quatro parceiros que contribuíram para o Prêmio Inovação recebido por sua cliente MVC Soluções em Plásticos na JEC Paris 2011 (Jornada Europeia de Compósitos), a maior feira do mundo desse setor. As resinas de poliéster da Elekeiroz foram utilizadas nos painéis de revestimento do novo aeroporto de Carrasco, no Uruguai.

Comentário do Desempenho

AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

. Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 10 de fevereiro de 2011 - Contrato para prestação de serviços relacionados à asseguaração limitada dos dados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 15 de fevereiro de 2011 – Contrato para prestação de serviços relacionados com a análise do processo de registro contábil pela mesa flow da tesouraria do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco - Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 17 de março de 2011 – Contrato para prestação de serviços de consultoria relacionados com os efeitos tributários gerados no Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A;
- 28 de março de 2011 – Participação em treinamento no curso QI/FATCA Módulo 3 Critical Customer Grups – Banco Itaú Europa Luxembourg – Banco Itaú Europa Luxembourg S.A;

. Justificativa dos Auditores Independentes

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, que procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 09/05/2011).

Comentário do Desempenho

ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

CARLOS DA CAMARA PESTANA

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

JOSÉ SERGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

PAULO SETUBAL

RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

RICARDO EGYDIO SETUBAL

RICARDO VILLELA MARINO

CONSELHO FISCAL

Presidente

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI

Conselheiros

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS

PAULO RICARDO MORAES AMARAL

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO

CT-CRC-1SP - 114.497/O – 9

DIRETORIA

Diretor Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Diretores Vice-Presidentes

HENRI PENCHAS (*)

JAIR CUPERTINO

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

(*) *Diretor de Relações com Investidores*

PRESIDENTE DE HONRA

JOSÉ CARLOS MORAES ABREU

Comentário do Desempenho

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES
FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

Membros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES
GUY ALMEIDA ANDRADE
ALKIMAR RIBEIRO MOURA

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
ARTEMIO BERTHOLINI

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
MARCOS DE BARROS LISBOA
RICARDO BALDIN
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores

JACKSON RICARDO GOMES
JOSÉ EDUARDO LIMA DE PAULA ARAUJO
MARCO ANTONIO ANTUNES
WAGNER ROBERTO PUGLIESE

(*) Diretor de Relações com Investidores

Comentário do Desempenho

DURATEX S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

SALO DAVI SEIBEL

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
RICARDO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
HELIO SEIBEL
PAULO SETUBAL
FABIO SCHVARTSMAN
RODOLFO VILLELA MARINO
ÁLVARO ANTONIO CARDOSO DE SOUZA

Conselheiros Suplentes

ANDREA LASERNA SEIBEL
OLAVO EGYDIO SETUBAL JUNIOR
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

HENRI PENCHAS

Diretores Executivos

ALEXANDRE COELHO NETO DO NASCIMENTO
ANTONIO JOAQUIM DE OLIVEIRA
ANTONIO MASSINELLI
FLÁVIO MARASSI DONATELLI (*)
JOÃO JACÓ HAZARABEDIAN
RAUL PENTEADO DE OLIVEIRA NETO
RENATO AGUIAR COELHO
ROBERTO SZACHNOWICZ

Diretores Gerentes

FLÁVIO DIAS SOARES
FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES
MARCO ANTONIO MILLEO
RONEY ROTENBERG

(*) Diretor de Relações com Investidores

ITAUTEC S.A. - GRUPO ITAUTEC

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RICARDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO

Conselheiros

CARLOS EDUARDO DE CÁPUA CORRÊA DA FONSECA
LUIZ ANTONIO DE MORAES CARVALHO
MARIO ANSELONI NETO
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR
RENATO ROBERTO CUOCO
RODOLFO VILLELA MARINO

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente

MÁRIO ANSELONI NETO (*)

Diretores Vice-Presidentes Executivos

CLÁUDIO VITA FILHO
DENISE DUARTE DAMIANI
JOÃO BATISTA RIBEIRO
JOSÉ ROBERTO FERRAZ DE CAMPOS
RICARDO HORÁCIO BLOJ
SILVIO ROBERTO DIREITO PASSOS
WILTON RUAS DA SILVA

(*) Diretor de Relações com Investidores

ELEKEIROZ S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

RODOLFO VILLELA MARINO

Vice-Presidente

OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR

Conselheiros

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ EDUARDO SENISE
REINALDO RUBBI
RICARDO EGYDIO SETUBAL
ROGÉRIO ALMEIDA MANSO DA COSTA REIS

Conselheiros Suplentes

PAULO SETUBAL
RICARDO VILLELA MARINO

DIRETORIA

Diretor Presidente e Diretor Geral

REINALDO RUBBI (*)

Diretores

CARLOS CALVO SANZ
RICARDO JOSÉ BARALDI

(*) Diretor de Relações com Investidores

Comentário do Desempenho**ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**

CNPJ. 61.532.644/0001-15

Companhia Aberta

NIRE. 35300022220

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.**, após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao período de janeiro a março de 2011, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período.

São Paulo (SP), 9 de maio de 2011.

TEREZA CRISTINA GROSSI TOGNI
Presidente

LUIZ ALBERTO DE CASTRO FALLEIROS
Conselheiro

PAULO RICARDO MORAES AMARAL
Conselheiro

Comentário do Desempenho

GLOSSÁRIO DE TERMOS ESTRANGEIROS UTILIZADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

1. **Accrual:** Reconhecimento de receitas e despesas pelo regime de competência.
2. **ATM:** Caixa automatico, máquina automatica para serviços bancários
3. **EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization):** Ganhos antes de Impostos, Depreciações e Amortizações.
4. **Eurobonds/Euronotes:** (Eurobônus/Euronotas) Bônus lançado no mercado europeu por um governo ou companhia através de um banco de determinado país e na moeda deste, mas vendido internacionalmente, geralmente por bancos.
5. **Hedge:** Proteção de uma posição. Estratégia financeira empregada para minimizar o risco decorrente das flutuações no mercado sobre investimentos de risco.
6. **Holding:** Sociedade que possui capital votante de outra em quantidade suficiente para influenciar seu conselho de administração e controlar sua política e administração.
7. **IBNR (Incurred But Not Reported):** Sigla em língua inglesa para a expressão “Incorridos mas não informados” utilizada nos sinistros de seguros.
8. **IFRS:** *International Financial Reporting Standards*, são normas internacionais de contabilidade, um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
9. **Joint Bookrunner:** Banco que estrutura, define o preço e convida outros subscritores a participar de uma emissão de valores mobiliários.
10. **Leasing:** Arrendamento Mercantil.
11. **Libor:** Taxa interbancária do mercado de Londres.
12. **Ranking:** Classificação, categorização.
13. **ROE (Return On Equity):** Retorno sobre o Patrimonio Líquido
14. **Software:** Conjunto de programas, métodos e procedimentos, regras e documentação, relacionados com o funcionamento e manejo de um sistema de dados.
15. **Subprime:** é um crédito de risco, concedido a um tomador que não oferece garantias suficientes para se beneficiar da taxa de juros mais vantajosa
16. **Stress:** Tensão. Estado de dificuldade, pressão ou preocupação extrema.
17. **Swap:** Direitos contratuais de troca de resultados financeiros.
18. **Write-off:** (Baixa contábil de operação de crédito que se encontra totalmente provisionada). Baixar o valor de um ativo a débito de sua respectiva provisão.

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 31 de março de 2011 e 2010

(Em milhões de reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 18,0% das ações preferenciais.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas elaboradas para os períodos findos em 31 de março de 2011 e 2010 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 09 de maio de 2011.

Notas Explicativas

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são publicadas com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da ITAÚSA eram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP anterior”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM que diferem em certos aspectos do IFRS. Ao elaborar as demonstrações contábeis consolidadas referentes ao exercício de 2010, a administração alterou determinados métodos de contabilização e de avaliação das demonstrações contábeis em BRGAAP para conformidade com o novo padrão contábil.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

Notas Explicativas

2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EFETIVOS EM OU APÓS 1º DE JANEIRO DE 2011

Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis consolidadas e os que são aplicáveis as nossas operações não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IFRIC 14 – “IAS 19 – The limit on a defined benefit asset, minimum funding requirements and their interaction”- remove uma consequência não intencional do IFRIC 14 relacionada a pré-pagamentos voluntários de planos de pensão quando existe um requerimento mínimo de financiamento. A ITAÚSA CONSOLIDADO não espera que esta alteração impacte significativamente suas demonstrações contábeis consolidadas.
- IFRS 9 – “Financial instruments” – o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “Financial Instruments: Recognition and Measurement”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros da ITAÚSA CONSOLIDADO. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013, e o IASB permite sua adoção antecipada. Porém, sua adoção antecipada não está disponível no Brasil já que o CMN, através da Resolução 3.853 estabeleceu que a adoção antecipada de pronunciamentos emitidos pelo IASB fica condicionada a aprovação específica do BACEN.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas incorridos durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos quanto à existência de dados observáveis indicando um evento de perda. Esta evidência pode incluir dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos e esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir diferenças entre as estimativas e a perdas efetivas.

O montante de provisão em 31 de março de 2011 era de R\$ 7.286 (R\$ 7.312 em 31/12/2010).

Notas Explicativas

Caso o valor presente líquido dos fluxos de caixa estimado se afastar em +1% ou -1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaria ou diminuiria aproximadamente R\$ 1.037 (R\$ 1.007 em 31/12/2010).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4(f) (VIII).

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4(n), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que ITAÚSA irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 25.

O montante de ativo fiscal diferido em 31 de março de 2011 era de R\$ 9.402 (R\$ 9.891 em 31/12/2010).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31 de março de 2011 totalizam ativos no valor de R\$ 59.556 (R\$ 62.268 em 31/12/2010) ((dos quais R\$ 3.738 são derivativos) (R\$ 2.846 em 31/12/2010)) e passivos no valor de R\$ 3.096 (R\$ 2.565 em 31/12/2010) (dos quais R\$ 2.799 são derivativos) (R\$ 2.077 em 31/12/2010). O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A ITAÚSA e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversas metodologias e definir as premissas a serem utilizadas nos cálculos. Essas premissas baseiam-se principalmente em informações e nas condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos inputs usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo, que estão detalhados na Nota 30.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data-base.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 30.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 31 de março de 2011 o montante de R\$ 106 foi reconhecido como ativo de benefício definido em relação aos planos de pensão de benefício definido. O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Notas Explicativas

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 500.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 28.

e) Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 31.

f) Mensuração do valor recuperável de ágios

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente eventuais perdas em ágios, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4(k). Os saldos poderão ser impactados por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

g) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Nas datas-base de divulgação das demonstrações contábeis, a ITAÚSA e suas controladas possuem como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas notas 2.4j, 2.4k e 2.4l.

h) Valor justo das opções de outorga de ações

O valor justo das opções de outorga de ações, sobre as quais não existe um mercado ativo, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A ITAÚSA e suas subsidiárias utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

i) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 16. Para plantações imaturas (até dois anos de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

Notas Explicativas

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

- **Subsidiárias**

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, controlada é a entidade na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Subsidiárias são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido à ITAÚSA. O método de compra é utilizado para registrar a aquisição das controladas. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo da importância paga na data da transação, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis, as contingências e os passivos assumidos são inicialmente mensurados ao valor justo na data da aquisição. Qualquer quantia paga na aquisição que ultrapasse o valor justo da participação sobre os ativos identificáveis, as contingências e os passivos adquiridos é registrada como ágio. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo da participação, o deságio identificado é reconhecido diretamente no resultado, na data de aquisição.

As entidades que são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO são consolidadas até a data em que haja a perda de controle. As transações entre empresas da ITAÚSA CONSOLIDADO são eliminadas na consolidação.

- **Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)**

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes;
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes às suas atividades; ou
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

- **Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)**

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), em seu parágrafo 3, define entidades sob controle conjunto da seguinte forma:

Controle conjunto é o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre uma atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle (os empreendedores).

Empreendimento controlado em conjunto (joint venture) é o acordo contratual em que duas ou mais partes se comprometem à realização de atividade econômica que está sujeita ao controle conjunto.

Notas Explicativas

O CPC 19, parágrafos 30 e 40, também determina que os investimentos controlados em conjunto devem ser contabilizados pelo método da consolidação proporcional, não sendo permitida a aplicação do método da equivalência patrimonial no consolidado.

O objetivo social exclusivo da ITAÚ UNIBANCO PARTICIPAÇÕES, que é consolidada proporcionalmente pela ITAÚSA CONSOLIDADO, consiste na titularidade e no exercício do controle acionário do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, devendo manter, de forma direta e em caráter permanente, a propriedade de ações representativas de, pelo menos, 51% das ações com direito a voto de emissão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Considerando as práticas contábeis estabelecidas pelo CPC 19 – Investimento em Empreendimento Controlado em conjunto (Joint Venture), o controlador deve privilegiar a essência e a realidade econômica do acordo contratual de acionistas para fins de consolidação das demonstrações contábeis das entidades controladas em conjunto. A essência e a realidade econômica do acordo são refletidas nas demonstrações contábeis consolidadas do controlador quando este reconhece sua participação nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto utilizando o método de consolidação proporcional. Neste contexto, as demonstrações contábeis da IUPAR – ITAÚ UNIBANCO PARTICIPAÇÕES e de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por tratar-se de uma entidade financeira sob controle compartilhado da ITAÚSA CONSOLIDADO, são consolidadas proporcionalmente pela ITAÚSA.

O IAS 31 “Interests in Joint Ventures” permitiria que esse investimento controlado em conjunto fosse tratado contabilmente pelo método de equivalência patrimonial, porém, o CPC 19 não oferece essa alternativa, ratificando a obrigatoriedade da consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2011	Porcentagem do capital em 31/03/2010
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Banco	36,53%	35,43%
Area Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,35%	35,27%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,45%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL DO ITAÚ UNIBANCO HOLDING

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding, para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

Notas Explicativas

Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das Joint Ventures:

	31/03/2011
Total de Ativos	746.535
Total de Passivos	677.384
Total de Receitas	18.729
Total de Despesas	(13.354)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para as entidades que são controladas em conjunto.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado abrangente acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado em Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais exceto os ganhos e perdas cambiais sobre itens de resultado abrangente que são reconhecidos no “Resultado Abrangente” junto com o item correspondente.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o “desreconhecimento” ou redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial consolidado na rubrica de "Disponibilidades"), Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no mercado aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas aplicações de depósitos interfinanceiros em seu balanço patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

e) APLICAÇÕES E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)

A ITAÚSA CONSOLIDADO possui operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de juros e rendimentos e Despesas de juros e rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. Monitoramos rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial para a rubrica "Ativos financeiros - dados em garantia".

f) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros, conforme demonstrado a seguir.

A ITAÚSA classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 2.4(d)), Aplicações no mercado aberto (Nota 2.4(e)), Operações de crédito (Nota 2.4(f)(vi)) e Outros ativos financeiros (Nota 2.4(f)(IX)).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e “desreconhecidas”, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são “desreconhecidos” (baixados) quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para “desreconhecimento” de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede o “desreconhecimento”. Os passivos financeiros são “desreconhecidos” quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando estes ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros – Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado. As receitas de juros e rendimentos são reconhecidas em “Receita de juros e rendimentos” e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica “Despesa de juros e rendimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO designa certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), pois sua avaliação é efetuada diariamente com base no valor justo.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado com a finalidade de reduzir, ou eliminar, inconsistências contábeis na mensuração ou no reconhecimento desses instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Estes derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar estes contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de “hedge” para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de hedge o método de reconhecer os ganhos ou perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como “hedge” contábil.

“Hedge” Contábil

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como “hedge” contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do “hedge”, existe designação e documentação formais da relação de “hedge” e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o “hedge”;
- é esperado que o “hedge” seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de “hedge” em particular;
- quanto ao “hedge” de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de “hedge” tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado;
- a efetividade do “hedge” pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de “hedge” podem ser confiavelmente medidos; e
- o “hedge” é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o “hedge” foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de “hedge”: “hedge” de valor justo, “hedge” de fluxo de caixa e “hedge” de investimento líquido em investimento no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de “hedge” em estratégias de “hedge” de fluxo de caixa, conforme detalhado na Nota 8.

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como “hedge” de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – Hedge de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por “hedge” afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva, ou os componentes de hedge excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de hedge relacionado é relatado.

Se o relacionamento de hedge é descontinuado por não mais atender aos requisitos de efetividade, o ganho ou perda reconhecido no patrimônio como uma reclassificação do resultado abrangente acumulado quando os fluxos de caixa que foram protegidos ocorrerem. Se for provável que a transação prevista não irá mais ocorrer conforme a estratégia original, qualquer montante relacionado ao derivativo registrado no patrimônio é imediatamente reconhecido no resultado como uma reclassificação do resultado acumulado abrangente.

Notas Explicativas

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento e tais títulos podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por impairment, diferenças cambiais e dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativo e passivo financeiro – Ativos financeiros disponíveis para venda. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e entradas de caixas de benefícios econômicos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item vi abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração consolidada do resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado.

Notas Explicativas

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensurados subsequentemente a custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimado ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável, o valor contábil é reduzido. A receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzida utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para devedores duvidosos.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

O reconhecimento inicial dos ativos mantidos em um arrendamento mercantil financeiro no Balanço Patrimonial é realizado na rubrica de Operações de crédito a um valor equivalente ao investimento líquido do arrendamento.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos estejam deteriorados. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda não temporária, caso exista a evidência objetiva de perda, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram, após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que possa ser confiavelmente estimado.

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo);
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos;
- Início de processo de falência;
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que os períodos observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que os períodos observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por impairment é de, no máximo 12 meses, considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Notas Explicativas

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente para créditos que sejam individualmente significativos ou coletivamente para créditos que não sejam individualmente significativos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliados coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontado à taxa efetiva de juros, original do crédito. O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de crédito para o qual exista uma garantia recebida reflete os fluxos de caixa que podem ser resultantes da execução da garantia menos custos para obter e vender tal garantia, independentemente da execução da mesma ser provável ou não.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável para refletir, os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e para excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração para reduzir qualquer diferença entre estimativas de perda e a experiência de perda atual.

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de rating de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos ou em 540 dias após tal atraso no caso de empréstimos com prazos originais iniciais superiores à 36 meses.

As operações de crédito cujos termos foram renegociados não são consideradas inadimplentes, mas consideradas como novos empréstimos. Em períodos posteriores se o ativo for considerado como inadimplente, será divulgado como inadimplente, quando os termos renegociados não forem honrados.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Receita de juros e rendimento.

Notas Explicativas

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de juros e rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos; (Nota 18);
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item (e));
- Recursos de mercados interbancários;
- Recursos de mercados institucionais;
- Obrigações de planos de capitalização; e
- Outros passivos financeiros. (Nota 21b).

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

O CPC 18 – Investimentos em Controladas e Coligadas define empresas não consolidadas ou associadas como aquelas empresas nas quais o investidor possui influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa geralmente representa uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado e sua participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido correspondentes. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior a sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Notas Explicativas

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado.

i) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatário)

Como arrendatário, a ITAÚSA CONSOLIDADO possui contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Itaú Unibanco Holding detém, substancialmente, todos os riscos e benefício de sua propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração consolidada do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

j) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas abaixo:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações de uso	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10
Instalações de uso	10 a 20
Móveis e equipamentos de uso	10 a 20
Equipamentos de processamento de dados	20 a 50
Equipamentos industriais	5 a 20
Outros (Comunicação; Segurança e Transportes)	4 a 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no

Notas Explicativas

qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado em forma confiável. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em ativos imobilizados em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras receitas ou Despesas gerais e administrativas.

k) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente, ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos custo de venda e/ou de seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas, independentemente, das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, aos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

l) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos e incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso.

O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos. Em 31 de março de 2011, a ITAÚSA e suas controladas não possuíam ativos intangíveis gerados internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam anualmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor

Notas Explicativas

recuperável e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos custo de venda pode ser determinado em forma confiável.

Os ativos intangíveis, exceto ágio, que sofreram perdas por redução dos seus valores recuperáveis são revisados a cada 30 de setembro de cada ano (data determinada por nós para ser a data para a realização do teste de redução ao valor recuperável) a fim de determinar se é apropriada a reversão da perda. Não reconhecemos perdas por redução ao valor recuperável em 31 de março de 2011.

Conforme previsto pelo CPC 04 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas subsidiárias elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

m) OUTROS ATIVOS – BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Despesas gerais e administrativas. Em caso de recuperação do valor justo menos os custos de venda, a perda reconhecida pode ser revertida.

n) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais - Correntes e Ativos fiscais – Impostos de renda e contribuição social a compensar, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

Notas Explicativas

	2011 e 2010
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%
(*) A partir de 01/05/2008, para as controladas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.	

o) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – “Contratos de Seguros” define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 29 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguros é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos onde estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB), garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, o contrato transfere o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, desde a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo pagável de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito da contraparte em escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Notas Explicativas

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionados aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa utilizando os mesmos critérios descrito na Nota 2.4f viii.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são lançados sobre o mesmo período relacionados aos prêmios dos seguros são contabilizados na demonstração do resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecido se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas reservas de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

Em alguns casos, o CPC 11 exige que a entidade separe os derivativos embutidos relacionados aos contratos de seguros. Contudo, a ITAÚSA CONSOLIDADO não identificou derivativos embutidos nos contratos de seguros existentes.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação através de um teste mínimo de adequação. Realizou-se o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Como resultado deste teste, caso a análise demonstrasse que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, seria contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira.

As premissas utilizadas para efetuar o teste de adequação do passivo estão detalhadas na Nota 29.

Notas Explicativas

p) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização, nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 38.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

q) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de aposentadoria e outros benefícios pós-aposentadoria

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países, onde operam que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 127 no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o IAS 19 – “Employee benefits”.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes a diferença entre os retornos esperados e os atuais;
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Notas Explicativas

Um ganho ou perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) o reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) a alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação, um ganho ou perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefícios definidos.

r) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções forem exercidas, a companhia geralmente dá ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco, a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

s) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, o emissor de um contrato de garantia financeira possui uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente seu valor justo. Subsequentemente esta obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Este valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração consolidada do resultado na rubrica “Tarifas de serviços bancários”.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

Notas Explicativas

t) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da ITAÚSA e suas controladas, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 31.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

u) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

v) AÇÕES EM TESOURARIA

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, como, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de outorga de opções de ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital adicional integralizado. O cancelamento de ações mantidas em

Notas Explicativas

tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

Os dividendos são calculados e pagos de acordo com as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e foram contabilizados nestas Demonstrações contábeis, de acordo com o IAS 37, considerando o dividendo mínimo obrigatório.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato das ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,014 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

y) RECEITAS

I) Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itaútec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

Notas Explicativas

II) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A ITAÚSA presta diversos serviços a seus clientes, como por exemplo, administração de investimentos, cartões de crédito, banco de investimento e determinados serviços de banco comercial. As receitas obtidas na prestação destes serviços são normalmente reconhecidas quando o serviço é prestado (banco comercial e de investimento) ou ao longo da vida do contrato (administração de investimentos e cartões de crédito).

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na nota 32.

Notas Explicativas

NOTA 03 - CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes a Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2011	31/12/2010
Disponibilidades	4.462	4.029
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.121	2.794
Aplicações em Operações Compromissadas	5.715	10.167
Total	12.298	16.989

NOTA 04 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países onde a controlada Itaú Unibanco Holding opera exigem que as Instituições Financeiras, depositem determinados recursos. No caso do Brasil, adquiram e mantenham Títulos Públicos Federais Brasileiros. A tabela a seguir resume os Depósitos Compulsórios, segundo seu tipo e montantes:

	31/03/2011	31/12/2010
Não Remunerados	1.746	1.734
Remunerados	31.447	29.735
Total	33.193	31.469

NOTA 5 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2011			31/12/2010
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.981	610	12.591	14.835
Aplicações no Mercado Aberto (*)	90.058	15.745	105.803	88.682
Total	102.039	16.355	118.394	103.517
Participação Itaúsa		36,53%		36,57%
	37.277	5.975	43.252	37.858
Empresas Industriais e Itaúsa	635	102	737	353
Total	37.912	6.077	43.989	38.211

(*) Inclui R\$ 3.650 (R\$ 3.294 em 31/12/2010) referentes a Ativos Dados em Garantia

Notas Explicativas

NOTA 06 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO ATRAVÉS DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	31/3/2011			31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Valor Justo
		Ganhos	Perdas		
Fundos de Investimento	1.734	49	(2)	1.781	1.748
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	86.328	79	(51)	86.356	86.699
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	615	16	(1)	630	666
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	242	2	(5)	239	9.353
Argentina	187	2	(4)	185	293
Estados Unidos	3	-	(1)	2	8.714
México	19	-	-	19	29
Chile	3	-	-	3	248
Uruguai	29	-	-	29	24
Outros	1	-	-	1	45
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	19.826	173	(49)	19.950	17.031
Ações Negociáveis	3.209	147	(37)	3.319	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	603	1	(9)	595	596
Certificado de Depósito Bancário	9.161	-	-	9.161	8.932
Debêntures	2.545	1	-	2.546	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	2.250	24	(3)	2.271	1.452
Outros	2.058	-	-	2.058	3
TOTAL	108.745	319	(108)	108.956	115.497
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	39.727	117	(39)	39.804	42.241
Empresas Industriais	383	(1)	1	383	378
TOTAL	40.110	116	(38)	40.187	42.619

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeiras e Clientes em 31/03/2011 eram: a) R\$ 15.476 (R\$ 16.701 em 31/12/2010), b) R\$ 16 (R\$ 45 em 31/12/2010), c) R\$ 4 (R\$ 3.112 em 31/12/2009) e d) R\$ 56 (R\$ 38 em 31/12/2010).

Resultado Realizado de Ativos Financeiros

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	332	525
Prejuízos	(421)	(188)
TOTAL	(89)	337
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 35,43% em mar/10	(33)	123
TOTAL	(33)	123

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

	31/3/2011	31/12/2010	
	Custo/Custo amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Circulante	45.329	45.516	58.705
Sem Vencimento	4.945	5.101	58.705
Até um ano	40.384	40.415	-
Não Circulante	63.416	63.440	56.792
De um a cinco anos	54.682	54.737	49.403
De cinco a dez anos	6.847	6.821	5.177
Após dez anos	1.887	1.882	2.212
TOTAL	108.745	108.956	115.497
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	39.727	39.804	42.241
Empresas Industriais	383	383	378
TOTAL	40.110	40.187	42.619

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 28.811. O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBl e VGBl, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

Notas Explicativas

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado são apresentados na tabela a seguir:

	31/3/2011			31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Valor Justo
		Ganhos	Perdas		
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	139	8	-	147	306
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11e 36,57% em Dez/10	51	3	-	54	112
TOTAL	51	3	-	54	112

Ganhos e Perdas Realizados

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Designados a Valor Justo através do Resultado		
Ganhos	6	6
Perdas	-	-
TOTAL	6	6
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 35,43% em Mar/10	2	2
TOTAL	2	2

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo através do resultado foram os seguintes:

	31/3/2011	31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Valor justo
Não Circulante	139	147	306
Após dez anos	139	147	306
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11e 36,57% em Dez/10	51	54	112
TOTAL	51	54	112

Notas Explicativas

NOTA 07 – DERIVATIVOS

a) Derivativos – Geral

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar nossas exposições globais e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos financeiros derivativos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou Títulos, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal com falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pela ITAÚSA e suas controladas proporcionais a participação era de R\$ 6.352 em 31/03/2011 (R\$ 3.790 em 31/12/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

A tabela a seguir apresenta a composição dos Derivativos por Indexador:

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Valor Justo
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2011	31/03/2011	31/12/2010
Contratos de futuros	299.729	292.049	1	(1)	-	(55)
Compromissos de Compra	89.311	127.499	(1)	46	45	173
Moeda Estrangeira	11.628	8.128	-	2	2	-
Mercado Interfinanceiro	63.280	98.353	-	3	3	45
Índices	12.494	19.288	(1)	10	9	95
Títulos	1.754	1.645	-	-	-	-
Commodities	155	84	-	31	31	33
Compromissos de Venda	210.418	1	2	(47)	(45)	-
Moeda Estrangeira	22.127	164.550	1	(20)	(19)	(228)
Mercado Interfinanceiro	152.279	13.057	(12)	-	(12)	(14)
Prefixados	7.443	113.173	-	-	-	(45)
Índices	25.082	32.033	13	(1)	12	(45)
Títulos	2.520	4.230	-	-	-	(14)
Commodities	967	2.048	-	(26)	(26)	(42)
Outros	-	9	-	-	-	-
Contratos de Swaps			766	240	1.006	924
Posição Ativa	73.830	68.839	2.802	461	3.263	2.937
Moeda Estrangeira	5.954	7.330	37	(3)	34	(54)
Mercado Interfinanceiro	37.147	34.370	1.595	116	1.711	1.460
Prefixados	10.234	9.277	213	84	297	466
Pós-Fixados	836	865	(2)	22	20	20
Índices	18.637	16.745	952	237	1.189	1.037
Títulos	183	32	3	(3)	-	3
Commodities	225	219	2	2	4	5
Outros	614	1	2	6	8	-
Posição Passiva	73.064	68.495	(2.036)	(221)	(2.257)	(2.013)
Moeda Estrangeira	10.421	14.609	(295)	9	(286)	(327)
Mercado Interfinanceiro	21.072	19.443	(351)	40	(311)	(220)
Prefixados	9.821	7.835	(109)	(156)	(265)	(389)
Pós-Fixados	2.860	3.272	(1)	(3)	(4)	(3)
Índices	27.040	23.122	(1.088)	(192)	(1.280)	(1.046)
Títulos	81	29	(3)	2	(1)	(1)
Commodities	167	178	(22)	(4)	(26)	(27)
Outros	1.602	7	(167)	83	(84)	-
Contratos de Opções	2.650.565	2.330.950	(260)	58	(202)	(335)
De Compra - Posição Comprada	829.953	695.908	1.078	(176)	902	1.074
Moeda Estrangeira	13.999	24.905	258	39	297	310
Mercado Interfinanceiro	685.939	530.428	467	(125)	342	470
Pós-Fixados	296	314	2	-	2	2
Índices	126.311	138.085	166	(138)	28	129
Títulos	3.078	1.534	168	32	200	113
Commodities	329	642	17	16	33	50
Outros	1	-	-	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	644.334	526.323	404	19	423	1.074
Moeda Estrangeira	11.865	12.295	157	2	159	481
Mercado Interfinanceiro	543.615	404.532	67	14	81	100
Prefixados	2	-	-	-	-	-
Pós-Fixados	345	282	1	(1)	-	-
Índices	84.912	107.034	66	(2)	64	61
Títulos	3.505	1.625	106	13	119	34
Commodities	89	555	7	(7)	-	2
Outros	1	-	-	-	-	-
De Compra - Posição Vendida	534.915	527.731	(1.191)	231	(960)	1.074
Moeda Estrangeira	11.386	26.547	(265)	6	(259)	(461)
Mercado Interfinanceiro	439.220	376.482	(506)	182	(324)	(263)
Prefixados	-	-	12	(16)	(4)	-
Índices	82.432	123.221	(352)	88	(264)	(399)
Títulos	1.772	864	(73)	(28)	(101)	(76)
Commodities	104	617	(7)	(1)	(8)	(46)
Outros	1	-	-	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	641.363	580.988	(551)	(16)	(567)	1.074
Moeda Estrangeira	12.164	16.715	(290)	(33)	(323)	(546)
Mercado Interfinanceiro	546.589	444.963	(104)	(26)	(130)	(193)
Prefixados	2	-	(12)	17	5	-
Pós-Fixados	65	-	-	1	1	-
Índices	80.137	118.333	(52)	26	(26)	(49)
Títulos	2.263	825	(80)	(11)	(91)	(51)
Commodities	142	152	(13)	10	(3)	(3)
Outros	1	-	-	-	-	-
Contratos a Termo	15.146	1.445	1.610	20	1.630	1.405
Compras a Receber	1.988	21	1.782	-	1.782	86
Moeda Estrangeira	159	-	41	-	41	36
Prefixados	1.105	-	1.103	-	1.103	-
Pós-Fixados	613	21	613	-	613	50
Títulos	6	-	-	-	-	-
Commodities	105	-	25	-	25	-
Obrigações por Compra a Pagar	6.240	-	(2.225)	23	(2.202)	(50)
Moeda Estrangeira	5.775	-	(483)	21	(462)	-
Mercado Interfinanceiro	144	-	-	-	-	-
Prefixados	-	-	(1.104)	-	(1.104)	(50)
Pós-Fixados	-	-	(613)	-	(613)	-
Títulos	21	-	(1)	1	-	-
Commodities	300	-	(24)	1	(23)	-
Vendas a Receber	6.401	1.424	2.819	(4)	2.815	1.398
Moeda Estrangeira	3.735	-	195	(1)	194	-
Prefixados	622	-	622	-	622	-
Pós-Fixados	115	-	115	-	115	-
Índices	2	4	2	-	2	4
Títulos	1.918	1.419	1.883	(2)	1.881	1.393
Commodities	9	1	2	(1)	1	1
Obrigações por Venda a Entregar	517	-	(766)	1	(765)	(29)
Moeda Estrangeira	469	-	(10)	1	(9)	-
Prefixados	-	-	(624)	-	(624)	-
Pós-Fixados	-	-	(115)	-	(115)	(29)
Commodities	48	-	(17)	-	(17)	-

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago		Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Valor Justo
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2011	31/03/2011	31/12/2010	
Derivativos de Crédito	5.516	6.701	117	2	119	132	
Posição Ativa	2.552	2.902	223	(18)	205	261	
Moeda Estrangeira	22	53	5	-	5	1	
Prefixados	2.009	2.622	217	(21)	196	256	
Índices	-	-	-	-	-	-	
Títulos	521	227	1	3	4	4	
Posição Passiva	2.964	3.799	(106)	20	(86)	(129)	
Moeda Estrangeira	64	22	-	(2)	(2)	(1)	
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	-	-	
Prefixados	2.483	3.126	(106)	25	(81)	(123)	
Títulos	417	651	-	(3)	(3)	(5)	
Operações de Forwards	22.722	36.958	(470)	-	(470)	(500)	
Posição Ativa	6.941	13.832	146	-	146	612	
Moeda Estrangeira	6.443	13.121	138	-	138	556	
Prefixados	-	509	-	-	-	8	
Pós-Fixados	498	-	8	-	8	-	
Índices	-	-	-	-	-	-	
Commodities	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	202	-	-	-	48	
Posição Passiva	15.781	23.126	(616)	-	(616)	(1.112)	
Moeda Estrangeira	15.447	22.759	(612)	-	(612)	(1.089)	
Mercado Interfinanceiro	26	27	(1)	-	(1)	(1)	
Prefixados	-	-	-	-	-	-	
Pós-Fixados	267	273	(3)	-	(3)	(3)	
Índices	41	-	-	-	-	-	
Commodities	-	67	-	-	-	(19)	
Swap com Verificação	6	-	-	-	-	-	
Posição Ativa	3	6	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	
Mercado Interfinanceiro	3	-	-	-	-	-	
Prefixados	-	-	-	-	-	-	
Posição Passiva	3	6	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	
Mercado Interfinanceiro	3	-	-	-	-	-	
Prefixados	-	-	-	-	-	-	
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira	12	-	-	-	-	-	
Posição Ativa	12	25	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	12	-	-	-	-	-	
Índices	-	-	-	-	-	-	
Posição Passiva - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos (*)	4.502	3.755	591	(100)	491	535	
Posição Ativa	3.258	3.395	765	(71)	694	731	
Moeda Estrangeira	255	259	184	6	190	194	
Prefixados	682	698	378	2	380	377	
Pós-Fixados	-	-	-	(2)	(2)	(3)	
Títulos	2.321	2.438	203	(77)	126	163	
Posição Passiva	1.244	360	(174)	(29)	(203)	(196)	
Moeda Estrangeira	358	360	(160)	(23)	(183)	(183)	
Prefixados	163	-	(14)	(6)	(20)	-	
Índices	-	-	64	-	64	(183)	
Títulos	720	-	(64)	-	(64)	-	
Commodities	3	-	-	-	-	-	
		ATIVO	10.019	211	10.230	7.777	
		PASSIVO	(7.665)	9	(7.656)	(5.671)	
		TOTAL	2.354	220	2.574	2.106	
Ativo - Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10			3.660	77	3.737	2.844	
Passivo - Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10			(2.800)	3	(2.797)	(2.074)	
TOTAL			860	80	940	770	
Empresas Industriais Ativo			1	-	1	2	
Empresas Industriais Passivo			(2)	-	(2)	(3)	
ATIVO			3.661	77	3.738	2.846	
PASSIVO			(2.802)	3	(2.799)	(2.077)	
TOTAL			859	80	939	769	

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/03/2011	31/12/2010
Futuros	41.594	140.092	62.299	55.744	299.729	292.049
Swaps	1.950	16.478	13.078	39.522	71.028	66.679
Opções	515.248	1.664.262	463.348	7.707	2.650.565	2.330.950
Termo	2.592	6.355	3.856	2.343	15.146	1.445
Derivativos de Crédito	427	964	475	3.650	5.516	6.701
Forwards	8.899	7.282	4.009	2.532	22.722	36.958
Swaps com Verificação	-	3	-	-	3	6
Verificação de Swap	3	9	-	-	12	25
Outros	338	944	161	3.059	4.502	3.755
TOTAL	571.051	1.836.389	547.226	114.557	3.069.223	2.738.568
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	208.616	670.867	199.912	41.850	1.121.244	1.001.573
TOTAL	208.616	670.867	199.912	41.850	1.121.244	1.001.573

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/3/2011							31/12/2010	
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima 720	Valor Justo
ATIVO									
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prêmios de Opções	1.325	12,8	240	151	485	447	(4)	6	1.752
BM&F Bovespa	867	8,4	179	44	316	373	(45)	-	1.305
Instituições Financeiras	434	4,2	51	99	166	71	41	6	364
Empresas	24	0,2	10	8	3	3	-	-	83
Operações a Termo	4.597	45,0	824	1.659	133	476	137	1.368	1.484
BM&F Bovespa	1.883	18,4	288	1.432	92	71	-	-	1.398
Instituições Financeiras	527	5,2	499	27	1	-	-	-	86
Empresas	2.187	21,4	37	200	40	405	137	1.368	-
Swaps - Ajuste a Receber	3.263	31,9	71	246	403	825	536	1.182	2.937
BM&F Bovespa	339	3,3	-	24	25	75	68	147	271
Instituições Financeiras	405	4,0	3	26	73	54	43	206	441
Empresas	2.500	24,4	67	190	295	694	426	828	2.203
Pessoas Físicas	19	0,2	1	6	10	2	(1)	1	22
Derivativos de Crédito	205	2,0	1	13	1	-	2	188	261
Instituições Financeiras	29	0,3	1	13	1	-	2	12	77
Empresas	176	1,7	-	-	-	-	-	176	184
Forwards	146	1,5	33	33	30	40	3	7	612
Instituições Financeiras	88	0,9	24	20	17	23	-	4	151
Empresas	58	0,6	9	13	13	17	3	3	460
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Swaps com Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swaps - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de Swap - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros - Instituições Financeiras	694	6,8	181	196	122	1	19	175	731
Instituições Financeiras	694	6,8	181	196	122	1	19	175	731
Total	10.230	100,0	1.350	2.298	1.174	1.789	693	2.926	7.777
% por prazo de vencimento			13,2%	22,5%	11,5%	17,5%	6,8%	28,6%	100,0%
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	3.737	100,0	493	840	429	654	253	1.069	2.844
Empresas Industriais	1	100,0	1	-	-	-	-	-	2
TOTAL	3.738	100,0	494	840	429	654	253	1.069	2.846

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 2.415 (R\$ 1.852 em 31/12/2010) refere-se a circulante e R\$ 1.322 (R\$ 994 em 31/12/2010) não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/3/2011							31/12/2010	
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima 720 dias	Valor Justo
PASSIVO									
Futuros	-	-	7	13	(20)	(2)	6	(4)	(55)
BM&F Bovespa	(8)	0,1	6	10	(8)	(1)	(10)	(5)	(59)
Instituições Financeiras	3	-	-	2	(14)	(1)	15	1	-
Empresas	5	(0,1)	1	1	2	-	1	-	4
Prêmios de Opções	(1.527)	20,0	(143)	(179)	(558)	(442)	(185)	(20)	(2.087)
BM&F Bovespa	(1.050)	13,7	(67)	(75)	(509)	(269)	(130)	-	(1.677)
Instituições Financeiras	(449)	5,9	(61)	(100)	(48)	(165)	(55)	(20)	(299)
Empresas	(28)	0,4	(15)	(4)	(1)	(8)	-	-	(111)
Operações a Termo	(2.967)	38,8	(477)	(256)	(86)	(534)	(183)	(1.431)	(79)
Instituições Financeiras	(480)	6,3	(432)	(4)	(1)	(40)	(3)	-	(50)
Empresas	(2.487)	32,5	(45)	(252)	(85)	(494)	(180)	(1.431)	(29)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.257)	29,5	(41)	(118)	(173)	(534)	(548)	(843)	(2.013)
BM&F Bovespa	(512)	6,7	(14)	(44)	(17)	(92)	(137)	(208)	(388)
Instituições Financeiras	(272)	3,6	-	14	(44)	(26)	(24)	(192)	(396)
Empresas	(1.416)	18,5	(25)	(77)	(95)	(394)	(382)	(443)	(1.170)
Pessoas Físicas	(57)	0,7	(2)	(11)	(17)	(22)	(5)	-	(59)
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(86)	1,1	-	(4)	(7)	(2)	(2)	(71)	(129)
Instituições Financeiras	(86)	1,1	-	(4)	(7)	(2)	(2)	(71)	(129)
Forwards	(616)	8,1	(72)	(88)	(167)	(151)	(86)	(52)	(1.112)
Instituições Financeiras	(534)	7,0	(64)	(78)	(118)	(142)	(81)	(51)	(629)
Empresas	(82)	1,1	(8)	(10)	(49)	(9)	(5)	(1)	(482)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Swaps com Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Swaps - Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de Swap - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(203)	2,5	65	(27)	(71)	(2)	(22)	(146)	(196)
BM&F Bovespa	64	(0,8)	64	-	-	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(267)	3,3	1	(27)	(71)	(2)	(22)	(146)	(173)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	(23)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(7.656)	100,0	(661)	(659)	(1.082)	(1.667)	(1.020)	(2.567)	(5.671)
% por prazo de vencimento			8,6%	8,6%	14,1%	21,8%	13,3%	33,5%	
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	(2.797)	100,0	(241)	(241)	(395)	(609)	(373)	(938)	(2.074)
Empresas Industriais	(2)	-	(2)	-	-	-	-	-	(3)
TOTAL	(2.799)		(243)	(241)	(395)	(609)	(373)	(938)	(2.077)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ (1.486) R\$ (1.442) em 31/12/2010) refere-se a circulante e R\$ (1.310) (R\$ (635) em 31/12/2010) não circulante.

Notas Explicativas

Resultado Realizado e não Realizado na Carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Swap	294	(63)
Termo	70	1
Futuro	72	24
Opções	240	(35)
Derivativos de Crédito	35	(6)
Outros	(521)	(49)
Total	190	(128)
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 35,43% em Mar/10	69	(45)
TOTAL	69	(45)

b) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito, predominantemente relacionadas a títulos públicos do governo Brasileiro e títulos privados de empresas Brasileiras, visando atender as necessidades de nossos clientes. Quando vendemos proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito onde somos vendedores de proteção são *credit default swaps*, *total return swaps* e *credit-linked notes*. Em 31 de março de 2011 a ITAÚSA e suas controladas não venderam proteção de crédito na forma de *credit-linked notes*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber, do vendedor da proteção, o valor equivalente à diferença entre valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos em troca de fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual vendemos proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo em 31/03/2011	Valor Justo em 31/12/2010
Por Instrumento							
CDS	2.956	719	803	1.141	293	(79)	(121)
TRS	8	-	-	8	-	(7)	(8)
Total por Instrumento	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(129)
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	1.083	263	293	420	107	(31)	(47)
TOTAL	1.083	263	293	420	107	(31)	(47)
Por Classificação de Risco							
Grau de Investimento	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(129)
Total por Risco	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(129)
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	1.083	263	293	420	107	(31)	(47)
TOTAL	1.083	263	293	420	107	(31)	(47)
Por Entidade de Referência							
Entidades Privadas	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(129)
Total por Entidade	2.964	719	803	1.149	293	(86)	(129)
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	1.083	263	293	420	107	(31)	(47)
TOTAL	1.083	263	293	420	107	(31)	(47)

Notas Explicativas

Avaliamos o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). Acreditamos, com base na nossa experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nocional pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, não incorremos em nenhum evento de perda relativo a quaisquer contratos de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *notional* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção:

	31/3/2011		31/12/2010	
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida	
CDS	2.956	(2.128)	(828)	(473)
TRS	8	(424)	416	(424)
Total	2.964	(2.552)	(412)	(897)
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	1.083	(932)	(151)	(328)
TOTAL	1.083	(932)	(151)	(328)

Notas Explicativas

NOTA 08 – HEDGE CONTÁBIL

O Hedge contábil varia dependendo da natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem se qualificar como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Para proteger a variação de fluxos de caixas futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados denominados em reais e swaps de taxas de juros relativos a ações preferenciais resgatáveis denominadas em dólares emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuro DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. Os montantes sempre são considerados como valores nominais.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre USD X REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL X USD.

Nossas estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos à prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações nos CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método do derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos ocorrerão entre 2012 e 2015, que é o período que os pagamentos de fluxo de caixa são esperados que ocorram e afetem a demonstração do resultado.

Nossas estratégias de investimento líquido no exterior consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e BRL.

Notas Explicativas

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O Dollar Offset Method é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e representam a posição total mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding

Derivativos utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	Outro Ganho ou (Perda) reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	44	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	5
Swap de Taxa de Juros	13	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	-

(*) Em 31 Março de 2011, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ 1.

Derivativos utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI	179	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	3
Forward	(185)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	(9)
NDF	(4)	Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros	6

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto hedge em 31 de dezembro de 2010:

Estratégias	Derivativos		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	43.264	(7)	41.400
Hedge de ações preferenciais resgatáveis	640	(14)	640
Hedge de CDB subordinado	87	-	109
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior	6.304	6	3.606

Com a intenção de alongar os passivos de CDBs subordinados, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING descontinuou parcialmente operações de Hedge de CDB Subordinado realizando uma rolagem da dívida (liquidação da operação anterior e emissão de uma nova operação), gerando um efeito no resultado (receita) de R\$ 3.

Notas Explicativas

NOTA 09 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o Custo Amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	31/3/2011			31/12/2010	
	Custo / Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Valor Justo
		Ganhos	Perdas		
Fundos de Investimento	704	15	-	719	770
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	8.379	82	3	8.464	10.079
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	5.122	167	(63)	5.226	4.720
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	6.508	(13)	(242)	6.253	4.559
Portugal	-	-	-	-	-
Argentina	85	3	(2)	86	-
Estados Unidos	670	-	-	670	679
Dinamarca	3.713	(17)	(147)	3.549	2.016
Espanha	784	-	(56)	728	734
Coreia	294	-	(6)	288	236
Chile	426	1	(3)	424	453
Paraguai	419	-	(28)	391	256
Uruguai	117	-	-	117	185
Títulos de Dívida de Empresas	21.763	1.984	(717)	23.030	24.411
Ações Negociáveis	3.832	1.174	(147)	4.859	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.109	652	(556)	7.205	6.975
Certificado de Depósito Bancário	556	-	-	556	559
Debêntures	6.070	43	(3)	6.110	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	3.220	115	(11)	3.324	3.843
Notas Promissórias	962	-	-	962	1.265
Outros	14	-	-	14	11
TOTAL	42.476	2.235	(1.019)	43.692	44.539
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	15.517	816	(372)	15.962	16.289
Empresas Industriais	222	(66)	393	548	514
TOTAL	15.739	750	21	16.510	16.803

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2011 eram: a) R\$ 470 (R\$ 1.780 em 31/12/2010), b) R\$ 1.407 (R\$ 1.195 em 31/12/2010) e c) R\$ 476.

Resultado Realizado de Ativos Financeiros

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	217	105
Prejuízos	(33)	(16)
Total	184	89
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 35,43% em Mar/10	67	32
TOTAL	67	32

O Custo Amortizado e o Valor Justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	31/3/2011		31/12/2010
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Circulante	15.896	16.864	19.566
Sem Vencimento	4.531	5.574	5.890
Até um ano	11.365	11.290	13.676
Não Circulante	26.580	26.828	24.973
De um a cinco anos	12.975	13.374	12.228
De cinco a dez anos	7.041	6.958	7.400
Após dez anos	6.564	6.496	5.345
Total	42.476	43.692	44.539
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	15.517	15.962	16.289
Empresas Industriais	222	548	514
TOTAL	15.739	16.510	16.803

Durante os períodos findos em 31/03/2011 e 31/12/2010 não foram registradas Perdas Permanentes de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Notas Explicativas

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O Valor Justo e o custo amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/3/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	2.719	2.764
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	220	226
Títulos Públicos - Outros Países	16	16
Títulos de Dívida de Empresas (1)	161	164
Debêntures	32	30
Euro Bonds e Assemelhados	125	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	4	4
Total	3.116	3.170
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	1.138	1.159
TOTAL	1.138	1.159

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/03/2011 eram: a) R\$ 53 e b) R\$ 43 (R\$ 44 em 31/12/2010).

O Valor Justo e o custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/3/2011	31/12/2010
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	207	284
Até um ano	207	284
Não Circulante	2.909	2.886
De um a cinco anos	260	344
De cinco a dez anos	98	77
Após dez anos	2.551	2.465
Total	3.116	3.170
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	1.138	1.159
TOTAL	1.138	1.159

Durante o período findo em 31/03/2011 não reconhecemos Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas

NOTA 11 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - ITAÚ UNIBANCO HOLDING

a) Operações de Crédito

Abaixo apresentamos a composição dos saldos de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, por tipo	31/3/2011	31/12/2010
Empréstimos e Títulos Descontados	126.648	121.398
Financiamentos	81.726	76.988
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.613	5.425
Financiamentos Imobiliários	17.881	16.318
Operações de Arrendamento Mercantil	34.988	38.284
Operações com Cartões de Crédito	34.003	34.259
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	3.099	2.738
Outros Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	35	77
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	303.993	295.487
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.944	19.994
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	284.049	275.493
	36,53%	36,57%
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	111.054	108.068
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.286)	(7.312)
Total Participação Itaúsa	103.768	100.756
Por setor do devedor	31/3/2011	31/12/2010
Setor Público	1.268	1.138
Indústria e Comércio	87.140	84.997
Serviços	62.650	60.295
Setor Primário	14.342	13.933
Outros Setores	2.441	2.185
Pessoa Física	136.152	132.939
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	303.993	295.487
	36,53%	36,57%
Participação da Itaúsa	111.054	108.068
Por vencimento (*)	31/3/2011	31/12/2010
Vencidas a partir de 1 dia	4.623	4.472
A vencer até 3 meses	31.334	30.212
A vencer de 3 a 12 meses	28.519	28.291
A vencer acima de um ano	46.578	45.093
Total de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, bruto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	111.054	108.068
Por Concentração (*)	31/3/2011	31/12/2010
Principal Devedor	677	592
10 Maiores Devedores	4.261	4.137
20 Maiores Devedores	6.773	6.698
50 Maiores Devedores	11.657	11.642
100 Maiores Devedores	15.820	15.708

(*) Os valores indicados nestes quadros já refletem a participação da Itaúsa

Notas Explicativas

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa nos saldos da rubrica "Empréstimos e Adiantamentos a Clientes" são as seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/3/2011	31/12/2010
Saldo Inicial de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.994	20.245
Constituição Líquida do Período	4.109	15.548
Baixas	(4.159)	(15.799)
Saldo final de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.944	19.994
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	7.286	7.312

Abaixo apresentamos a composição por Setor do Devedor, do saldo final de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

Por Setor do Devedor	31/3/2011	31/12/2010
Setor Público	3	16
Indústria e Comércio	5.826	5.658
Serviços	2.998	3.020
Setor Primário	311	318
Outros Setores	123	123
Pessoa Física	10.683	10.859
Total da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19.944	19.994
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	7.286	7.312

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Empréstimos e Adiantamentos de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4 f VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de Empréstimos e Adiantamentos a Clientes:

	31/3/2011	31/12/2010
Créditos Avaliados Individualmente	177	137
Créditos Avaliados Coletivamente	7.109	7.175

c) Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

Apresentamos abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Financeiros por Vencimento:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2011			31/12/2010		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	18.803	(1.338)	17.465	19.462	(2.047)	17.415
Até 1 ano	18.803	(1.338)	17.465	19.462	(2.047)	17.415
Não Circulante	25.507	(7.984)	17.523	29.748	(8.879)	20.869
Entre 1 e 5 anos	25.158	(7.859)	17.299	28.793	(8.693)	20.100
Acima de 5 anos	349	(125)	224	955	(186)	769
Total	44.310	(9.322)	34.988	49.210	(10.926)	38.284
		36,53%			36,57%	
Participação Itaúsa	16.187	(3.405)	12.782	17.998	(3.996)	14.002

Notas Explicativas

NOTA 12 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento mercantil financeiro

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido destes bens é de R\$ 102 em 31 de março de 2011 (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2010).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2011	31/12/2010
Circulante - Até 1 Ano	175	129
Não Circulante - De 1 a 5 Anos	106	83
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	281	212
Juros Futuro	1	2
Valor Presente	280	210
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	102	77

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação.

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 eram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2011	31/12/2010
Circulante	643	823
Até 1 ano	643	823
Não Circulante	3.170	3.311
De 1 a 5 anos	2.489	2.571
Mais de 5 anos	681	740
Total de Pagamento Mínimos Futuros	3.813	4.134
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	1.393	1.512

Notas Explicativas**NOTA 13 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL**

	31/03/2011	31/12/2010
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	308	307
Produtos Acabados	258	245
Produtos em elaboração	64	81
Almoxarifado Geral	104	62
Adiantamento a Fornecedores	-	16
Provisão para perdas nos estoques	-	(50)
Outros	1	2
Total	735	663

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

NOTA 14 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

E m p r e s a s	Saldos em 31/12/2010	Recebimento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (1)	Resultado de Participação em Controladas	Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Saldos em 31/03/2011	Saldos em 31/03/2010 (1)
Itaú Unibanco Holding S.A.	12.276	(932)	1.143	(14)	-	7	12.480	9.628
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	11.313	(1)	129	(12)	-	6	11.435	10.515
Duratex S.A.	1.195	6	28	-	-	-	1.229	1.134
Elekeiroz S.A.	458	(2)	8	-	(10)	-	454	20
Itautec S.A.	390	-	11	(3)	(5)	-	393	413
Itaúsa Empreendimentos S.A.	97	-	1	-	-	-	98	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	39	-	(1)	-	-	-	38	30
Itaucorp S.A.	(2)	-	-	-	-	-	-	858
Elekpact Participações e Administração S.A.	(2)	-	-	-	-	-	-	52
Outras Controladas	-	-	-	-	-	-	-	7
TOTAL GERAL	25.768	(929)	1.319	(29)	(15)	13	26.127	22.657

(1) Em rendas a receber, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber;

(2) Investimentos incorporados em 30/04/2010.

Notas Explicativas

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	69.151	3.629	885.142.979	77.192	36,53%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	15.099	546	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.288	3.521	77	161.725.141	-	35,35%	35,28%
Elekeiroz S.A.	220	473	8	14.261.751	16.117.360	96,48%	98,23%
Itautec S.A.	250	522	11	10.953.370	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	48	98	-	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	57	38	-	35.000.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

	% de participação em 31/03/2011		31/03/2011					31/12/2010		
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a)	42,93	42,93	2.604	109	2.005	38	2.713	1.967	107	2.782
Banco BPI S.A. (b)	19,03	19,03	3.955	95	753	18	482	682	75	524
Serasa S.A.	16,14	16,14	1.530	43	247	7	-	256	65	-
Outros (c)	-	-	-	-	43	2	-	42	35	-
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	3.048	65	-	2.947	282	-
Participação Itaúsa					1.114	24	-	1.079	103	-
						36,53%			36,57%	
Outros Investimentos					2	62	-	-	58	-
Total					1.116	86	-	1.079	161	-

(a) Para fins de valor de mercado foi considerada a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 888 em 31 de março de 2011 e de R\$ 896 em 31 de dezembro de 2010, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(b) O Itaú Unibanco Holding, de acordo com sua política contábil, efetuou teste de redução ao valor recuperável sobre seu investimento no BPI. O valor recuperável foi considerado como o valor em uso do investimento. Para mensurar o valor em uso foram utilizados métodos de valorização geralmente aceitos como o modelo de ROE sustentável para estimar o valor presente dos dividendos a serem recebidos descontados e concluiu não ser necessário reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável neste investimento.

(c) Inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (26,88% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (14,86% capital total e 24,81% capital votante).

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas de forma agregada.

ITAÚSA CONSOLIDADO	31/03/2011	31/12/2010
Total de ativos	109.075	118.236
Total de passivos	101.435	112.409
Total de receitas	1.710	16.301
Total de despesas	(1.478)	(15.039)

As investidas não possuem passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

ITAÚSA	31/03/2011	31/12/2010
Total de ativos	773.658	750.159
Total de passivos	682.074	663.037
Total de receitas	20.300	61.490
Total de despesas	(16.028)	(46.787)

Notas Explicativas

NOTA 15 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2010			Movimentações				Saldo em 31/03/2011		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO	-	2.990	(1.025)	1.965	45	-	(27)	(24)	3.033	(1.074)	1.959
Terrenos	-	997	-	997	9	-	-	(12)	994	-	994
Edificações	4	1.587	(848)	739	20	-	(9)	(12)	1.627	(889)	738
Benfeitorias	10	406	(177)	229	16	-	(18)	-	412	(185)	227
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	5.689	(3.037)	2.652	234	(8)	(72)	(27)	5.904	(3.125)	2.779
Instalações de Uso	5 a 20	671	(417)	254	12	-	(7)	(132)	359	(232)	127
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.721	(1.022)	1.699	44	(5)	(5)	319	3.528	(1.476)	2.052
Sistema Processamento de Dados (*)	20 a 50	1.783	(1.392)	391	90	(2)	(60)	82	1.780	(1.279)	501
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	514	(206)	308	88	(1)	-	(296)	237	(138)	99
TOTAL IMOBILIZADO		8.679	(4.062)	4.617	279	(8)	(99)	(51)	8.937	(4.199)	4.738

(*) Possuímos contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento financeiro. De acordo com esse método, o ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis, sendo o ativo depreciado de forma consistente com os critérios de depreciação que normalmente utilizamos para ativos próprios. Esses contratos montam R\$ 56 em 31 dezembro de 2010.

Notas Explicativas

NOTA 16 – ATIVOS BIOLÓGICOS

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2011 possuía aproximadamente 137 mil hectares em áreas de efetivo plantio (136 mil hectares em 31/12/2010) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

Os saldos dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2011	31/12/2010
Custo de formação dos ativos biológicos	484	471
Diferencial entre o custo e o valor justo	563	559
Valor justo dos ativos biológicos	1.047	1.030

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

Notas Explicativas

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/03/2011	31/12/2010
Saldo inicial	1.030	870
Compras	-	58
Exaustão	(42)	(168)
Valor justo	59	270
Saldo final	1.047	1.030

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste positivo no valor é decorrente dos maiores preços da madeira em pé, do aumento das áreas de efetivo plantio, bem como de sua maior produtividade.

NOTA 17 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2010			Movimentações					31/03/2011		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução à Valor Recuperável	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	(a)	889	(476)	413	12	(1)	(57)	-	10	885	(508)	377
Ágio sobre ações adquiridas do Itaú Unibanco Holding	-	832	-	832	-	-	-	-	-	832	-	832
Outros Ativos Intangíveis	-	1.860	(414)	1.446	140	(126)	(38)	6	64	1.873	(381)	1.492
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	(a)	543	(21)	522	-	(126)	(6)	6	(10)	411	(25)	386
Gastos com Aquisição de Software	20	557	(319)	238	47	-	(20)	-	5	587	(317)	270
Direito de Administração de Fundos de Investimentos	10 a 20	96	(39)	57	-	-	(3)	-	(1)	90	(37)	53
Custo Softwares Desenvolvidos para uso Interno	20	-	-	-	21	-	-	-	-	21	-	21
Marcas e Patentes	-	2	-	2	-	-	-	-	-	2	-	2
Ágio por Rentabilidade Futura	-	210	-	210	17	-	-	-	-	227	-	227
Carteira de Clientes	7	329	(29)	300	55	-	(6)	-	35	384	-	384
Outros Ativos Intangíveis	10	123	(6)	117	-	-	(3)	-	35	151	(2)	149
INTANGÍVEL		3.581	(890)	2.691	152	(127)	(95)	6	74	3.590	(889)	2.701

(a) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição.

Notas Explicativas

NOTA 18 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Circulante	Não Circulante	31/03/2011	31/12/2010
Depósitos Remunerados	120.283	58.963	179.246	177.151
Depósitos a Prazo	57.685	58.702	116.388	116.416
Depósitos Interfinanceiros	2.653	261	2.913	1.929
Depósitos para Investimento	948	-	948	906
Depósitos de Poupança	58.997	-	58.997	57.900
Depósitos não Remunerados	24.676	-	24.676	25.537
Depósitos a Vista	24.443	-	24.443	25.349
Outros Depósitos	233	-	233	188
Total	144.959	58.963	203.922	202.688
		36,53%		36,57%
Participação Itaúsa	52.956	21.540	74.496	74.129

NOTA 19 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

	31/03/2011	31/12/2010
	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo		
Notas Estruturadas	819	1.335
Total	819	1.335
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	299	488
TOTAL	299	488

O valor da variação dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 6 (R\$ (17) em 31/12/2010) mais do que o valor contratual até o vencimento.

NOTA 20 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Mercados Aberto e Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/3/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Mercado Aberto	121.321	85.432	206.753	199.657
Interbancários	35.638	32.964	68.602	62.599
Letras Hipotecárias	38	233	271	302
Letras de Crédito Imobiliário	9.081	904	9.985	8.736
Letras Agronegócios	1.110	1.041	2.151	2.774
Letras Financeiras	-	3.910	3.910	2.466
Financiamento à Importação e à Exportação	15.278	2.879	18.157	15.455
Repasse no país	10.131	22.737	32.868	31.689
Outros	-	1.260	1.260	1.177
Participação Itaúsa		36,53%		36,57%
Mercado Aberto	44.321	31.210	75.531	73.020
Mercados Interbancários	13.019	12.042	25.062	22.894

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

Notas Explicativas

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	70% CDI a 17,35%	0,35% a 1,25%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,52%
Letras de Crédito Imobiliário	80% a 100,00% CDI	-
Letras Financeiras	105% a 106,5% CDI	-
Letras Agronegócios	20% a 100% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	2,5%+LIBOR a 5,86%+LIBOR	1,25% a 12,75%
Repasse no país	1,50% a 14,10%	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos nossos passivos em transações nas quais vendemos à vista, para clientes, títulos de dívida emitidos por nossas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e nos comprometemos a recomprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados por nós. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 70% da taxa do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a 17,35%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, cuja amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates.

c) Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	31/03/2011			31/12/2010
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
ITAÚ UNIBANCO HOLDING				
Dívida subordinada	953	34.981	35.934	34.487
Obrigações por emissão de debêntures	55	1.011	1.066	1.384
Obrigações por TVM no exterior	3.743	5.816	9.559	8.642
Total	4.751	41.808	46.559	44.513
		36,53%		36,57%
Participação Itaúsa	1.736	15.273	17.009	16.280
Debêntures Itaúsa	394	700	1.094	1.065
Total	2.130	15.973	18.103	17.345
	No País		No Exterior	
Dívida subordinada	100% do IPCA+ 6,95% a IGPM + 7,35%		3,04% a 10%	
Obrigações por emissão de debêntures	101% a 108% CDI		-	
Obrigações por TVM no exterior	1,04% a 9,5%		1,26% a 13,75%	

IGPM e IPCA são índices de inflação.

Notas Explicativas**NOTA 21 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS****a) Outros Ativos**

	31/03/2011	31/12/2010
Financeiros	13.327	15.724
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	4.711	6.606
Operações de Seguros e Resseguros	1.203	1.131
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 31)	4.280	4.032
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	629	685
Tarifas de Serviços e Comissões a Receber	681	417
Negociação e Intermediação de Valores	925	1.953
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 31)	607	652
Valores a Receber do FCVS (Fundo para Compensação de Variações Salariais)	225	211
Operações sem Características de Concessão de Crédito	66	36
Não Financeiros	3.154	2.345
Despesas Antecipadas (Nota 29)	852	768
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	645	701
Diversos no País	480	597
Diversos no Exterior	80	71
Outros	1.097	208

Notas Explicativas

b) Outros passivos

	31/03/2011	31/12/2010
Financeiros	13.146	14.999
Operações com Cartões de Crédito	11.514	13.645
Carteira de Câmbio	432	117
Negociação e Intermediação de Valores	1.067	1.133
Obrigações <i>Leasing</i> Financeiro	102	77
Recursos de Consorciados	31	27
Não Financeiros	10.090	8.532
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	2.068	256
Obrigações Empresas Industriais	1.908	2.056
Obrigações por Convênios/Serviços de Pagamentos	551	475
Provisão de Pessoal	494	497
Ordens de Pagamento	939	803
Sociais e Estatutárias	1.149	1.474
Credores Diversos - País e Exterior	1.179	844
Credores por Recursos a Liberar	368	324
Relativas a Operações de Seguros	510	513
Outros	924	1.290

c) Outros Ativos e Outros Passivos segregados em Circulante e Não Circulante

	31/3/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Ativos Financeiros	9.791	3.536	10.828	4.896
Outros Ativos não Financeiros	2.033	1.121	1.488	857
Outros Passivos Financeiros	13.138	8	14.960	39
Outros Passivos não Financeiros	10.007	83	8.449	83

Notas Explicativas

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 13.266 representado por 4.374.281.589 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.680.795.973 ordinárias e 2.693.485.616 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no início e final do exercício de 2010 e 31 de março de 2011:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2009	1.670.037.112	2.677.177.566	4.347.214.678	13.000
Residentes no País	1.669.421.534	1.853.099.424	3.522.520.958	10.534
Residentes no Exterior	615.578	824.078.142	824.693.720	2.466
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Ações em Tesouraria em 01/01/2010 (*)	-	1.382.038	1.382.038	15
(-) Cancelamento de Ações (AGE de 30/04/2010)	-	(1.382.038)	(1.382.038)	(15)
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2010	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2011	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Em Circulação em 31/03/2011	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,014 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 10/11/2008.

I. Cálculo

(Em Milhões de Reais)

	31/03/2011	31/03/2010	
Lucro Líquido	1.260	824	(1)
Ajustes			
(-) Reserva Legal	(63)	(41)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.197	783	
Dividendo Mínimo Obrigatório	299	196	25,00%
(+) Reversão da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Após a Realização da Reserva de Lucros a Realizar	299	196	25,00%
Valor a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	-	119	
Dividendos/Juros Sobre o Capital Próprio Proposto	299	315	40,24%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRRF	Líquido
Provisionados	341	(42)	299
Dividendos	61	-	61
1 parcela trimestral de R\$ 0,014 por ação a ser paga em 01/07/2011	61	-	61
Juros sobre o Capital Próprio	280	(42)	238
Complementar de R\$ 0,064 por ação a ser declarado	280	(42)	238
Total em 31/03/2011 - R\$ 0,0683 líquido por ação	341	(42)	299
Total em 31/03/2010 - R\$ 0,0725 líquido por ação (2)	360	(45)	315

(1) O cálculo do dividendo apresentado em 2010 está sendo apresentado em BRGAAP anterior em valores calculados à época, considerando ter sido a base para pagamento.

(2) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas

	31/03/2011	31/12/2010
RESERVAS DE LUCROS	13.336	11.503
Legal	1.812	1.777
Estatutárias	11.524	9.726
Equalização de Dividendos	4.208	3.636
Reforço do Capital de Giro	3.697	3.053
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.619	3.037
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	445
Outras Reservas	173	1.181
Total das Reservas na Controladora	13.509	13.129

Notas Explicativas

NOTA 23 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo possui plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Este plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, através da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas na data do balanço de encerramento no exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, da proporção de contrapartida em opções bonificadas, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, o “período de carência” e os “períodos de suspensão” para o exercício das opções. Podem participar deste programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas (“ADMINISTRADORES”) e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características do Plano

II.I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco possuíam, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgados opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o comitê designar. Não são mais outorgadas opções neste modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada beneficiário. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses referente aos últimos meses do exercício ao qual as opções se referem. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (“Instrumentos Baseados em Ações”). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidas pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseado em ações é outorgada opções bonificadas de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções Bonificadas e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos

Notas Explicativas

em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos de entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2010	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 31/03/2011
	Data				Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,02	12,81	38,83	712.942	-	201.068	-	511.874
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	2.877.600	-	1.311.250	-	1.566.350
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,33	18,26	37,01	27.500	-	27.500	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,33	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,09	-	-	52.710	-	-	-	52.710
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,29	-	-	12.650	-	-	-	12.650
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	27,27	27,14	37,44	8.025.250	-	710.375	-	7.314.875
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	27,27	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	31,00	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	35,40	-	-	29.518	-	-	-	29.518
Total de Opções a Exercer					20,52	37,34	12.849.920	-	2.279.232	105.419	10.465.269
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	44,04	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	28,09	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	31,11	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	34,72	36,57	8.546.975	-	269.500	33.550	8.243.925
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	34,72	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	35,44	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	35,40	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	35,82	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	10.846.487	-	-	41.112	10.805.375
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	40,03	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	44,04	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	15.067.330	-	-	36.300	15.031.030
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	26,18	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	42,52	-	-	1.206.340	-	-	7.556	1.198.784
Total de Opções em Aberto					34,72	36,57	42.267.534	-	269.500	192.904	41.805.130
Total de Opções Simples					22,02	37,26	55.117.454	-	2.548.732	298.323	52.270.399
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
Total de Opções a Exercer						37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	490.624	-	-	5.359	485.265
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	-	740.362
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	4.436	324.745
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	4.799	411.131
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	-	376.916
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	-	359.991
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	5.358	484.768
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	-	1.940.987
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	-	1.585.541
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	-	739.608
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	-	376.876
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	-	359.962
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	-	1.940.951
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	-	1.585.497
Total de Opções em Aberto					-	-	8.789.308	3.171.038	-	19.952	11.940.394
Total Opções dos Sócios					-	37,22	9.205.795	3.171.038	376.581	19.952	11.980.300
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,02	37,25	64.323.249	3.171.038	2.925.313	318.275	64.250.699

Notas Explicativas

II.III - Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA, na data base de cálculo;

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preço de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga		Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Nº	Data							
Opções Bonificadas (*)								
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-	-
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	31,83	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções bonificadas é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado foi de R\$ 34 (R\$ 26 de 01/01 a 31/03/2010), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	135
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(120)
Efeito na Venda (*)	15

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano serão propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submeterá à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da

Notas Explicativas

Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção.

Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considerará a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos serão reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,22
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

(1) cupom IGP-M

Qtde. Outorgada	Data Vencto.	Prazo para Exercício	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência				Demais Períodos
				dez/10	mar/11			2007	2008	2009	2010	
2.659.180	01/07/2007	até 31/12/2016	11,16	40.714	40.714	9,79	1	1	0	0	0	0
2.787.050	01/07/2008	até 31/12/2017	11,82	2.112.699	2.112.699	8,88	25	16	9	0	0	0
2.678.901	01/07/2009	até 31/12/2018	15,34	2.443.506	2.443.506	7,26	19	0	12	7 (3)	0	0
2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	1.652.752	1.652.752	3,98	9	0	0	2 (4)	5	2
1.333.914	01/01/2014	até 31/12/2018	16,33	1.220.697	1.220.697	7,04	9	0	0	0	2	6
11.976.996				7.470.368	7.470.368		63	17	21	9	7	8
Efetividade de exercício							96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado							61	16 (1)	20 (2)	8	7 (5)	8 (6)

(1) Valor contabilizado contra lucros acumulados no balanço de transição;

(2) Valor contabilizado contra o resultado de 2008;

(3) Valor contabilizado contra o resultado de 2009, na antiga Duratex S.A.;

(4) Valor contabilizado contra o resultado do 2º semestre de 2009;

(5) Valor contabilizado contra o resultado em 2010;

(6) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2012.

Em 31 de março de 2011 a Companhia possuía 874.572 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Notas Explicativas

c) Itaútec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaútec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo próprio Conselho.

O preço fixado para Outorga das Opções de Ações tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaútec S.A., nos pregões da Bolsa de Valores, compreendendo o período de no mínimo 1 (hum) e no máximo 12 (doze) meses anteriores a data de emissão das opções. A critério do Comitê de Opções era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

Conforme Deliberação CVM 562 de 17/12/08, o reconhecimento contábil pelo valor justo das opções ocorria a partir do momento da outorga e até o final do período de carência ("vesting period"). Considerando o período de carência e a data da última outorga (08/02/06), não há despesas relacionadas ao Plano de Opção de ações de competência de 2009 e 2010.

Dado não haver preço de mercado disponível para as opções outorgadas, a empresa utilizou o modelo binomial para estimativa dos preços das opções nas datas de outorga e chegou aos valores indicados na tabela abaixo.

Premissas

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06	Total
Quantidade de ações (a) (b)	93.332	58.423	58.423	110.335	159.826	127.831	191.666	799.836
Carência	30/06/01	30/06/02	30/06/03	30/06/03	30/06/04	30/06/05	30/06/07	
Vencimento	31/12/10	31/12/11	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/16	
Valor opção (b) (R\$/ação)	64,80	72,15	78,15	31,05	21,45	23,55	36,45	
Valor prêmio (R\$/ação)	66,87	78,04	77,83	45,3	34,94	38,52	32,88	
Valor Total (R\$ mil)	6.241	4.559	4.546	4.998	5.585	4.924	6.302	37.155

Data da outorga	09/02/00	06/03/01	06/03/01	08/05/02	12/02/03	05/05/04	08/02/06
Volatilidade do Preço das Ações	104%	115%	115%	116%	81%	64%	65%
Dividend Yield	0,9%	1,4%	1,4%	1,8%	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	26,5%	20,6%	20,6%	32,6%	48,2%	24,9%	13,7%

(a) descontados os cancelamentos;

(b) considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada 1, realizado em out/2006

De todas as outorgas acima, nenhuma foi exercida até o momento.

O valor justo total das opções outorgadas, resultante do quadro acima, é de R\$ 37 foi contabilizado como reserva na conta de patrimônio líquido (Nota 22), a partir de apropriação da conta de lucros acumulados, nos termos do CPC 10. Após o reconhecimento do valor justo das opções outorgadas, a companhia não deve fazer nenhum ajuste subsequente ao patrimônio líquido, o que não elimina a necessidade de reconhecimento, pela companhia, da transferência de um componente para outro dentro do patrimônio líquido, se as opções forem exercidas (expirarem). Neste exercício de 2011 não houve ajuste realizado no patrimônio líquido por conta da falta de exercício das opções que expiraram em 31/03/2011.

Notas Explicativas

d) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não produziu quaisquer efeitos a serem reconhecidos nos resultados da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS****a) Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Recuperação de Encargos e Despesas	12	26
Reversão de Provisões Operacionais	88	127
Outras Rendas Operacionais	119	98
Lucros na Alienação de Investimentos	2	4
Lucros / (Prejuízo) na Alienação de Valores e Bens	6	35
Ganhos de Capital	3	1
Reversão de Provisões não Operacionais	10	20
Outras	6	3
Total	246	314

b) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(212)	(113)
Liquidação de Contingências	(64)	(11)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(57)	(43)
Prejuízo na Venda de Bens Não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas	(13)	(58)
Reembolso Relativo à Aquisições	(33)	(17)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(204)	(174)
Outros	(326)	(515)
Total	(909)	(931)

Notas Explicativas**c) Despesas Gerais e Administrativas**

	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Despesas de Pessoal	(1.228)	(1.103)
Remuneração	(747)	(646)
Encargos	(224)	(194)
Benefícios Sociais	(152)	(131)
Desligamentos	(74)	(69)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	(12)	(40)
Plano de Opção de Ações	(1)	(10)
Treinamento	(18)	(13)
Despesas Administrativas	(1.062)	(919)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(274)	(229)
Serviços de Terceiros	(249)	(212)
Despesas com Serviços Financeiros	(50)	(37)
Materiais	(39)	(30)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(80)	(73)
Transportes	(51)	(48)
Concessionárias de Serviços Públicos	(29)	(26)
Despesas de Aluguéis	(83)	(76)
Instalações	(67)	(71)
Segurança	(44)	(36)
Despesas de Viagem	(15)	(10)
Outros	(81)	(71)
Depreciação	(99)	(87)
Amortização	(95)	(87)
Despesas de Comercialização de Seguros	(96)	(106)
Total	(2.580)	(2.302)

Notas Explicativas

NOTA 25 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.029	1.577
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(807)	(628)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	146	189
Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas, Líquido	28	14
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(59)	52
Juros Sobre o Capital Próprio	158	81
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	26	32
Outras	(7)	11
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(662)	(439)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2011
Refletido no Resultado	9.814	(1.228)	1.330	9.915
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.336	(129)	233	1.440
Créditos de Liquidação Duvidosa	3.814	(452)	624	3.986
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	94	(87)	16	23
Ágio na Aquisição do Investimento	2.251	(131)	26	2.146
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	499	(8)	8	499
Provisões para Passivos Contingentes	925	(132)	145	938
Ações Cíveis	378	(21)	34	391
Ações Trabalhistas	366	(68)	35	333
Fiscais e Previdenciárias	162	(33)	76	205
Outros	19	(10)	-	9
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	17	(12)	1	6
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	87	-	2	89
Outros	791	(279)	275	787
Refletida no Patrimônio Líquido	77	(33)	5	49
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	49	(5)	5	49
Outros	28	(28)	-	-
Total (*)	9.891	(1.261)	1.335	9.964

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 7.552 (R\$ 7.646 em 31 de dezembro de 2010) no ativo e R\$ 2.852 (R\$ 3.114 em 31 de dezembro de 2010) no passivo.

Notas Explicativas

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2011
Refletido no Resultado	4.756	(526)	452	4.682
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	3.011	(214)	218	3.015
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	15	-	7	22
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	15	(13)	2	4
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	131	(130)	47	48
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	256	(9)	25	272
Ganho de Capital - Operação Porto Seguro	137	(137)	-	-
Planos de Pensão	220	-	11	231
Amortização de Deságio	818	-	1	819
Outros	153	(23)	140	270
Refletida no Patrimônio Líquido	602	(53)	34	583
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	266	(53)	1	214
Outros	336	-	33	369
Total	5.358	(579)	485	5.264

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total		
2011	2.822	415	3.237	(722)	2.515
2012	1.689	633	2.322	(907)	1.415
2013	1.568	229	1.797	(986)	811
2014	858	14	872	(667)	205
2015	879	12	890	(440)	450
Acima de 2015	709	137	846	(1.542)	(696)
Total	8.525	1.440	9.964	(5.264)	4.700
Valor Presente (*)	7.551	1.307	8.858	(2.137)	6.721

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

Notas Explicativas

NOTA 26 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os anos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2011	01/01 a 31/03/2010
Lucro Líquido	1.260	1.021
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(27)	(27)
Subtotal	1.233	994
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(17)	(17)
Subtotal	1.216	978
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	467	376
Aos Detentores de Ações Preferenciais	749	602
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	484	392
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	776	629
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	1.680.795.973	1.670.037.112
Ações Preferenciais	2.693.485.616	2.675.795.528
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,29	0,23
Ações Preferenciais	0,29	0,23

Notas Explicativas

NOTA 27 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de Negócios durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Bank of America Corporation (BAC)

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas fora do Brasil e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%. Esta operação gerou um valor preliminarmente determinado de ágio de R\$ 809 contabilizado na rubrica Intangível. No 2º trimestre de 2011 será realizado o processo de *purchase price allocation* dessa transação.

Notas Explicativas

NOTA 28 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocina planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocina planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Para os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas os mesmos contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pelas empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaúbanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaúbanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2)
Itaúbank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaúbank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido);

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) O Plano Itaúbanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes deste plano, inclusive autopatrocinados e aqueles que tenham optado ou presumida a opção pelo instituto do benefício proporcional diferido, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaúbanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaúbanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010.

Notas Explicativas

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	31/03/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	12,32 % a.a.	12,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Exp.Itaú 2003/2004	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	31/03/2011	31/12/2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,56 % a.a.	10,56 % a.a.
Tábua de Mortalidade (3)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (4)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaúbanko, Bemgeprev, Funbep, Prebeg, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, através da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

Notas Explicativas

A alocação dos ativos dos planos em 31 de março 2011 e 31 de dezembro 2010 e a meta de alocação para 2011, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2011
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010	
Títulos de Renda Fixa	10.204	10.035	87,31%	87,50%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.036	1.026	8,88%	8,95%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	12	11	0,10%	0,10%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	4	4	0,03%	0,04%	0% a 3%
Imóveis	396	369	3,45%	3,22%	0% a 4%
Empréstimos a participantes	25	23	0,23%	0,20%	0% a 5%
Total	11.677	11.468	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 1.049 (R\$ 562 em 31/12/2010) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 337 (R\$ 309 em 31/12/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas as expectativas de retorno de 12 meses do mercado para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data do fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	31/3/2011	31/12/2010
1- Ativos Líquidos dos Planos	11.677	11.468
2- Passivos Atuariais	(10.119)	(9.997)
3- Superveniência (1-2)	1.558	1.471
4- Restrição do Ativo (*)	(1.269)	(1.227)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	289	244
Valor Reconhecido no Ativo	407	367
Valor Reconhecido no Passivo	(118)	(123)

(*) - Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	31/3/2011	31/12/2010
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	106	89
Valor Reconhecido no Ativo	149	134
Valor Reconhecido no Passivo	(43)	(45)

(*) Considera participação no IUH de 36,53% e 36,57% para 31/03/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Notas Explicativas

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 31/03/2011			01/01 a 31/12/2010		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.468	(9.997)	1.471	15.045	(11.354)	3.691
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147)	2.710	(2.437)
Rendimentos Esperados dos Ativos(3)	343	-	343	1.368	-	1.368
Custo Serviço Corrente	-	(25)	(25)	-	(87)	(87)
Custo dos Juros	-	(237)	(237)	-	(953)	(953)
Benefícios Pagos	(140)	140	-	(578)	578	-
Contribuições Patrocinadora	6	-	6	42	-	42
Contribuições Participantes	2	-	2	41	-	41
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3)	(2)	-	(2)	697	(891)	(194)
Valor Presente Final do Período	11.677	(10.119)	1.558	11.468	(9.997)	1.471

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaúbanco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaúbanco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaúbanco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaúbanco CD.

(2) Os ganhos apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima da taxa de retorno esperada nos ativos.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 341 (R\$ 632 31.12.2010)

V- Total das Despesas reconhecidas no Resultado do Exercício

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de março:

	2011	2010
Custo do Serviço Corrente	(25)	(23)
Custo de Juros	(237)	(285)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	343	452
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437)
Efeito na restrição do Ativo	(42)	1.120
Ganho/(Perda) no Exercício	(2)	104
Contribuições Participantes	2	8
Total reconhecido no Resultado do Trimestre	39	(1.061)

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

	14	(376)
Total reconhecido no Resultado do Trimestre (*)		

(*) Considera participação no IUH de 36,53% e 35,43% para 31/03/2011 e 31/03/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 2 (R\$ 2 em 31/03/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2011, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 13 para os planos de aposentadoria patrocinados.

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 31/03/2011 no ativo é de R\$ 571 (R\$ 500 em 31/03/2010).

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de março:

	2011	2010
Efeito cisão parcial do PAC	-	1.477
Aportes/Contribuições	(27)	(15)
Ganho/Perda Atuarial	(52)	12
Efeito na Restrição do Ativo	83	(516)
Total reconhecido no Resultado do Trimestre	4	958

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

	4	344
Total reconhecido no Resultado do Trimestre (*)		

(*) Considera participação no IUH de 36,53% e 35,43% para 31/03/2011 e 31/03/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Notas Explicativas

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 15 (R\$ 9 em 31/03/2010) sendo R\$ 11 (R\$ 6 em 31/03/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, em 31 de março, são os seguintes:

	2011	2010
No Início do Trimestre	(105)	(100)
Custo de Juros	(5)	(2)
Benefícios Pagos	1	1
No Final do Trimestre	(109)	(101)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Trimestre (*)	(40)	(36)
--	-------------	-------------

(*) Considera participação no IUH de 36,53% e 35,43% para 31/03/2011 e 31/03/2010, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Em conformidade com a isenção prevista no IFRS 1, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos em resultados acumulados, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	1	(1)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	14	(11)

Notas Explicativas

NOTA 29 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são comercializados através das corretoras de seguros, agências do Itaú Unibanco e canais eletrônicos, conforme característica e exigência regulatória.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que gerará valor para os clientes e diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como, limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações; e
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de aposentadoria obedecem valores mínimos e máximos definidos conforme limites estabelecidos pela SUSEP. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do Conglomerado Itaú Unibanco. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

Notas Explicativas

b) Principais Produtos

I- Seguros

O Itaú Unibanco Holding, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personnalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos:

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do Itaú Unibanco Holding se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Principais Ramos de Atuação	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Extensão de Garantia Patrimonial	16,5	21,1	46,2	68,5
Vida	35,8	41,5	10,4	12,8
Acidentes Pessoais	10,1	7,8	43,0	43,9
Prestamista	23,0	25,8	24,2	29,4
Riscos Diversos	5,7	16,2	60,5	50,0

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

Notas Explicativas

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

Prêmios e Contribuições Retidas - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/03/2011	31/03/2010
VGBL	2.140	1.489
Extensão de Garantia	346	218
PGBL	341	290
Vida	286	301
Acidentes Pessoais	168	166
Prestamista	103	100
DPVAT	98	123
Tradicional	70	148
Riscos Diversos	39	51
Compreensivo Empresarial	30	17
Riscos Nomeados e Operacionais	28	45
Saúde	28	102
Doenças Graves ou Terminais *	18	-
Seguro Habitacional - Prestamista	18	11
Responsabilidade Civil Geral	14	14
Transporte Nacional	14	14
Auxílio Funeral *	14	-
Riscos de Petróleo	14	3
R.C.de ADM e Diretores (D O)	12	6
Transporte Internacional	11	16
Eventos Aleatórios	11	4
RC Transportador Rodoviário de Carga	10	10
Demais Ramos	56	59
	3.869	3.187
	36,53%	35,43%
Participação Itaúsa	1.413	1.129

* Para 2011, os ramos já estão adequados à circular Susep nº 395 de 03/12/2009. Os ramos Doenças Graves ou Terminais e Auxílio Funeral, em 2010 eram alocados dentro do ramo Vida Individual.

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Notas Explicativas

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições e considera as tábuas biométricas de mortalidade geral AT-2000 Basic Male e AT-2000 Basic Female com improvement;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados** - IBNR - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III – Movimentação das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões Técnicas das operações de seguros e previdência:

Notas Explicativas

Provisões Técnicas de Seguros Ramos Elementares	Prêmios Não Ganhos	Sinistro a Liquidar	Sinistros Ocorridos e Não Avisados	31/3/2011	31/12/2010
Extensão de Garantia - Patrimonial	759	46	22	827	799
Vida em Grupo	484	252	147	883	865
Prestamista	271	49	33	353	336
Acidentes Pessoais Coletivo	230	59	30	319	287
Riscos Nomeados e Operacionais	170	547	35	752	639
Riscos Engenharia	116	77	5	198	203
Acidentes Pessoais Individual	59	37	16	112	124
Compreensivo Empresarial	68	31	17	116	106
Marítimo	37	52	20	109	131
Riscos de Petróleo	101	190	8	299	267
Responsabilidade Civil Geral	35	172	60	267	281
Riscos Diversos	21	44	66	131	140
Risco Civil de Adm e Diretores (D&O)	28	46	7	81	72
Aeronáuticos	35	89	10	134	132
Incêndio Tradicional	-	68	1	69	72
Demais Ramos	198	445	151	794	758
	2.612	2.204	628	5.444	5.212
			36,53%		36,57%
Participação Itaúsa	954	805	229	1.989	1.906

De acordo com estudos atuariais foi constituída Provisões de Insuficiência de Prêmios no montante de R\$ 102 (R\$ 99 em 31/12/2010).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Seguros Ramos Elementares	Previdência Privada	Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência	31/3/2011	31/12/2010
Saldo Inicial	5.484	18.296	33.062	56.842	47.945
(+) Adições decorrentes de prêmios/contribuições	3.436	408	2.126	5.970	20.439
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(3.289)	-	-	(3.289)	(11.478)
(-) Pagamento de sinistros/benefícios	(302)	(29)	(1)	(332)	(1.821)
(+) Sinistros Avisados	644	-	-	644	1.946
(-) Resgates	-	(244)	(838)	(1.082)	(4.199)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	75	11	86	(41)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	-	424	708	1.132	3.848
(+/-) Outras (constituição/reversão)	(249)	26	10	(213)	203
Provisões de Seguros e Previdência Privada	5.724	18.956	35.078	59.758	56.842
			36,53%		36,57%
	2.091	6.925	12.815	21.831	20.789

De acordo com a nota 29f, foi constituída provisão adicional no montante de R\$ 22 (Participação Itaúsa:R\$ 8).

d) Despesa de Comercialização Diferida

As despesas de comercializações diferidas, basicamente, estão representadas pelas comissões retidas diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, conforme normas de cálculos vigentes. Abaixo segue a movimentação de saldos de despesas com comissões diferidas:

	Seguro	Resseguro	Total
Saldo em 01/01/2011	485	75	560
Aquisições do Período	220	1	221
Amortizações do Período	55	(1)	54
Saldo em 31/03/2011	760	75	835
Saldo a Amortizar Até 12 Meses	175	75	250
Saldo a Amortizar Após 12 Meses	585	-	585
Saldo em 01/01/2010	510	59	569
Aquisições do período	88	(47)	41
Amortizações do período	(50)	2	(48)
Saldo em 31/03/2010	548	14	562
Saldo a amortizar até 12 meses	223	14	237
Saldo a amortizar após 12 meses	325	-	325

Notas Explicativas

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do grupo ao final de cada fechamento anual. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma:

Provisão de Sinistros a Liquidar e Sinistros Ocorridos e Não Avisados - ITAÚ UNIBANCO HOLDING							
Passivo apresentado na tabela desenvolvimento sinistros							2.398
Operações DPVAT							205
Resseguro, Retrocessão e Outras Estimativas							144
Total da Provisão							2.747
							36,53%
Participação Itaúsa							1.004

Data de Ocorrência - ITAÚ UNIBANCO HOLDING							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
No final do ano de divulgação	1.016	1.887	1.998	1.271	1.455	1.768	-
1 ano depois	1.016	1.944	2.002	1.275	1.289	-	-
2 anos depois	1.023	2.017	2.063	1.283	-	-	-
3 anos depois	1.032	2.041	2.071	-	-	-	-
4 anos depois	1.043	2.032	-	-	-	-	-
5 anos depois	1.041	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	1.041	2.032	2.071	1.283	1.289	1.768	9.484
Pagamentos acumulados até a data base	985	1.940	1.931	1.083	864	677	7.480
Passivo reconhecido no balanço	57	92	140	200	425	1.091	2.005
Passivo em relação a anos anteriores a 2005							393
Total do passivo incluso no balanço							2.398
							36,53%
Participação Itaúsa							876

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Insurance Contracts a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo indicou a necessidade de um complemento de R\$ 22 nas provisões técnicas. O complemento requerido foi realizado em alguns planos tradicionais de previdência privada em fase de acumulação, representando apenas 0,6% de acréscimo nas provisões técnicas destes planos. Foram efetuados testes de sensibilidade nas estimativas correntes com variação positiva e negativa de 0,1% na taxa de juros livre de risco. O cenário com variação negativa de 0,1% apontou a necessidade de um complemento de R\$ 32. O cenário com variação positiva de 0,1% apontou R\$ 13.

As Premissas utilizadas foram:

- Taxa de juros livre de risco: obtida da curva de juros extrapolada dos títulos públicos, considerados sem risco de crédito, disponíveis no mercado financeiro brasileiro;
- Mortalidade, cancelamento, resgates parciais e conversões em renda são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representa as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes;
- Os critérios de agrupamento são baseados em homogeneidade de riscos.

Notas Explicativas

g) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O Conglomerado Itaú Unibanco dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

A seguradora oferta seus produtos aos clientes por distribuição bancassurance e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais, prestamistas e riscos diversos são majoritariamente distribuídos pela operação bancassurance, os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do Conglomerado Itaú Unibanco tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição. Nos produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme exemplo abaixo:

Agrupamento de Produtos - ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Prêmio de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Seguro de Vida e Acidentes Pessoais	555	456	82,2
Grandes Riscos	382	139	36,4
Prestamista	114	103	90,4
Extensão Garantia Patrimonial	346	346	100,0
DPVAT	98	98	100,0
Riscos Diversos	79	51	64,6

h) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos da Seguradora com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

i) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumprir a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição;
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência;
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência;
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição;
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência;
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição; e

Notas Explicativas

- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional;
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos; e
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do Itaú Unibanco, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis;
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro; e
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos da Seguradora;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora; e
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos da Seguradora

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição;
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores;
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;

Notas Explicativas

- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição; e
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos da Seguradora. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos;
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente; e
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos; e
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração da empresa trabalha em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

Notas Explicativas

j) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

- Seguros

Variação nas taxas de câmbio pode afetar o resultado de seguros no caso de bens cujo valor de indenização sofre variação cambial. Pela legislação atual, a PPNG (Provisão de Prêmio não ganhos – tem a função de garantir a cobertura dos sinistros futuros) não sofre oscilação cambial. Uma seguradora pode efetuar o hedge contábil da operação, zerando a posição comprada em câmbio, mas está sujeito à variação cambial efetiva do bem segurado. Ao optar pelo hedge econômico, a empresa deve manter uma posição comprada em câmbio, gerando volatilidade no resultado contábil.

Variações nas taxas de juros não afetam o resultado de seguros.

- Previdência

Os produtos FGB, durante o período de contribuição (acumulação de recursos) e durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos), há garantia mínima de rentabilidade de um indexador de preços mais taxa de juros. Caso os ativos garantidores tenham performance inferior à garantia mínima, a seguradora deverá complementar o valor acumulado.

No caso de produtos PGBL/VGBL, há garantia mínima apenas durante o período de pagamento de aposentadoria (desacumulação de recursos).

É utilizado Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto.

Risco de Liquidez

No que diz respeito aos produtos de longo prazo com retornos mínimos garantidos, a subsidiária reavalia periodicamente o seu passivo sob a forma de fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados e mantém o gestor de ativos continuamente informado sobre suas necessidades regulares de caixa. Além disso, o acompanhamento contínuo da sua carteira de clientes permite à subsidiária antecipar eventuais movimentos atípicos de migração de reservas possibilitando planejar a geração de liquidez necessária a esses movimentos.

Risco de Crédito

Em relação às operações de resseguro, faz parte da política interna não haver concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detém a maior parcela de nossas operações não excede 29% do total. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”, com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standart & Poors	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

Notas Explicativas

k) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual deve obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os montantes apropriados como ativo de resseguro são direitos estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

A companhia cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são apropriados no grupo de despesas antecipadas e realizados no grupo de outras despesas operacionais de acordo diferimento do prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

Notas Explicativas**a) Créditos das Operações de Resseguros**

a) Créditos das Operações de Resseguros	31/03/2011	31/12/2010
Sinistros a Liquidar	1.062	1.048
Sinistros Ocorridos mas Não Avisados	205	134
Adiantamento de Prêmios de Resseguro	10	12
Recuperação de Sinistros	142	185
Recuperação de Despesas de Comercialização	25	27
Outros Créditos de Resseguros	7	7
Total	1.451	1.413
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	530	517

b) Despesas de Resseguros Diferidos

	31/03/2011	31/12/2010
Prêmios Não Ganhos	447	390
Total	447	390
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	163	143

c) Débitos das Operações de Resseguros

	31/03/2011	31/12/2010
Prêmios de Resseguros	225	133
Sinistros de Resseguros	1	1
Comercialização	-5	0
Outros Débitos	9	0
Total	230	134
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	84	49

d) Receitas de Comercialização de Resseguros Diferidas

	31/03/2011	31/12/2010
Comissão de Resseguros	59	59
Total	59	59
	36,53%	36,57%
Participação Itaúsa	22	22

l) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

Notas Explicativas

A SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

I) Capital para a Atividade de Seguros

A SUSEP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador divulgou em 26/12/2006 as Resoluções nºs. 155 e 158, modificadas pelas Resoluções nºs. 178, de 28/12/2007 e 200, de 16/12/2008 e pela Circular nº 355 de 14/12/2007. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros.

É importante destacar que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido.

Notas Explicativas

NOTA 30 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros:

	31/3/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	37.513	37.513	35.498	35.498
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.600	4.602	5.425	5.428
Aplicações em Operações Compromissadas	38.652	38.652	32.786	32.786
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	39.804	39.804	42.619	42.619
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	54	54	112	112
Derivativos (*)	3.738	3.738	2.846	2.846
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	15.962	15.962	16.803	16.803
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.138	1.349	1.159	1.380
Operações de Crédito	103.768	103.839	100.756	100.826
Outros Ativos Financeiros	13.327	13.327	14.897	14.897
Passivos Financeiros				
Depósitos e Captações de Instituições Financeiras e de Clientes	74.496	74.496	74.129	74.099
Captação no Mercado Aberto	75.531	75.531	73.020	73.020
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	299	299	488	488
Derivativos (*)	2.799	2.799	2.077	2.077
Recursos de Mercados Interbancários	25.062	24.044	22.894	22.873
Recursos de Mercados Institucionais	18.103	18.081	16.280	17.310
Passivos de Planos de Capitalização	1.085	1.085	952	952
Outros Passivos Financeiros	13.146	13.146	14.999	14.999
Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial	-	-	-	-
Compromissos de concessão de crédito	-	161	-	156
Cartas de Crédito em Aberto (standby) e Garantias Prestadas	-	42	-	41

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já refletem a participação da Itaúsa

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros** - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial consolidado se aproxima de seu valor justo.
- b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** - Estimamos os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

Notas Explicativas

- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxa de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos swaps;
- **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses spreads se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade aprimoradas pelo crédito.

d) Operações de Crédito (incluindo Arrendamento Mercantil) - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as nossas taxas atuais para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Passivos Financeiros remunerados e não remunerados incluem: Depósitos, Captações no Mercado Aberto, Passivos Financeiros Mantidos para Negociação, Recursos de Mercados Interbancários, Passivos Financeiros Institucionais, Provisões de Planos de Capitalização e Outros Passivos Financeiros.

Sendo que para os:

- **Passivos Financeiros não remunerados à vista** - O valor justo dos depósitos à vista e de outros passivos financeiros é igual ao montante a pagar na data dos relatórios, ou seja, é igual ao valor contábil.
- **Passivos Financeiros remunerados** – O valor justo dos depósitos a prazo com taxa variável foi considerado como próximo de seu valor contábil. O valor justo dos depósitos a prazo com taxa fixa foi estimado com a utilização do cálculo do fluxo de caixa descontado, com a aplicação da taxa de juros que oferecemos na data do balanço patrimonial respectivo. O valor contábil das captações no mercado aberto, linhas comerciais e outras obrigações por empréstimos de curto prazo aproxima-se do valor justo de tais instrumentos. O valor justo das demais obrigações de longo prazo é estimado utilizando-se os fluxos de caixa descontados através de taxas de juros oferecidas no mercado por instrumentos semelhantes. Essas taxas de juros são obtidas de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg) das quais são derivadas a curva de rentabilidade sem risco e o spread sem risco negociado por instrumentos semelhantes.

f) Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial - O valor justo dos compromissos para a concessão de crédito foi estimado com base nas taxas atualmente cobradas para firmar contratos similares, levando em consideração o prazo remanescente dos contratos e a qualidade de crédito das contrapartes. O valor justo das cartas de crédito em aberto ("standby") e cartas comerciais e garantias foi baseado nas comissões atualmente cobradas em contratos similares ou no custo estimado para encerrar os contratos, ou de qualquer outra forma liquidar as obrigações com as contrapartes. O valor justo dos derivativos está incluído em ativos / passivos financeiros a valor justo através do resultado ou em outros

Notas Explicativas

passivos, conforme descrito na Nota 2.4.f e apresentado nas Notas 6 e 7. Consulte a Nota 6 para o valor referencial e o valor justo estimado de nossos instrumentos financeiros derivativos.

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAÚSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro (principalmente NTN-I e TDA com vencimentos após 2024, NTN-A1 e CVS), Notas Promissórias e títulos que não são geralmente negociados em um mercado ativo, CRIs.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de plain vanilla, alguns forwards e geralmente todos os swaps. Todos os modelos

Notas Explicativas

adotados pela ITAÚSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como swap com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do relatório.

Notas Explicativas

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2011 para nossos ativos de financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

	31/03/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.781	-	1.781	-	1.748	-	1.748
Títulos públicos do governo brasileiro	86.310	46	-	86.356	86.422	277	-	86.699
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	630	-	-	630	666	-	-	666
Títulos públicos - outros países	206	33	-	239	9.036	317	-	9.353
Argentina	185	-	-	185	293	-	-	293
Estados Unidos	2	-	-	2	8.714	-	-	8.714
México	19	-	-	19	29	-	-	29
Chile	-	3	-	3	-	248	-	248
Uruguai	-	29	-	29	-	24	-	24
Rússia	-	-	-	-	-	45	-	45
Outros	-	1	-	1	-	-	-	-
Títulos de empresas	4.841	14.149	960	19.950	4.321	12.551	159	17.031
Ações negociáveis	3.319	-	-	3.319	3.208	40	-	3.248
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	32	563	595	-	439	157	596
Certificado de Depósito Bancário	-	9.161	-	9.161	-	8.932	-	8.932
Debêntures	1.515	1.031	-	2.546	1.112	1.688	-	2.800
Euro Bonds e Assemelhados	7	2.264	-	2.271	-	1.452	-	1.452
Notas Promissórias	-	-	397	397	-	-	-	-
Outros	-	1.661	-	1.661	1	-	2	3
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	91.987	16.009	960	108.956	100.445	14.893	159	115.497
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	33.605	5.848	351	39.804	36.736	5.447	58	42.241
Empresas Industriais	-	383	-	383	-	378	-	378
TOTAL	33.605	6.231	351	40.187	36.736	5.825	58	42.619
Fundos de investimento	-	719	-	719	-	770	-	770
Títulos públicos do governo brasileiro	8.207	-	257	8.464	9.753	6	320	10.079
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	5.226	-	-	5.226	4.720	-	-	4.720
Títulos públicos - outros países	756	5.497	-	6.253	679	3.880	-	4.559
Portugal	-	-	-	-	679	-	-	679
Argentina	86	-	-	86	-	-	-	-
Estados Unidos	670	-	-	670	-	-	-	-
Dinamarca	-	3.549	-	3.549	-	2.016	-	2.016
Espanha	-	728	-	728	-	734	-	734
Coréia	-	288	-	288	-	236	-	236
Chile	-	424	-	424	-	453	-	453
Paraguai	-	391	-	391	-	256	-	256
Uruguai	-	117	-	117	-	185	-	185
Títulos de empresas	4.499	17.392	1.139	23.030	3.746	19.338	1.327	24.411
Ações negociáveis	1.978	2.881	-	4.859	624	4.500	-	5.124
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.028	177	7.205	-	6.913	62	6.975
Certificado de Depósito Bancário	-	556	-	556	-	559	-	559
Debêntures	2.341	3.769	-	6.110	3.122	3.512	-	6.634
Euro Bonds e Assemelhados	180	3.144	-	3.324	-	3.843	-	3.843
Notas Promissórias	-	-	962	962	-	-	1.265	1.265
Outros	-	14	-	14	-	11	-	11
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	18.688	23.608	1.396	43.692	18.898	23.994	1.647	44.539
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	6.827	8.624	510	15.962	6.912	8.775	602	16.289
Empresas Industriais	-	548	-	548	-	514	-	514
TOTAL	6.827	9.172	510	16.510	6.912	9.289	602	16.803
Títulos públicos do governo brasileiro	-	147	-	147	-	306	-	306
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	147	-	147	-	306	-	306
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	-	54	-	54	-	112	-	112
TOTAL	-	54	-	54	-	112	-	112
Notas Estruturadas	-	(819)	-	(819)	-	(1.335)	-	(1.335)
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	(819)	-	(819)	-	(1.335)	-	(1.335)
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	-	(299)	-	(299)	-	(488)	-	(488)
Empresas Industriais	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	(299)	-	(299)	-	(488)	-	(488)

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2010 para nossos Derivativos:

	31/03/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	632	693	1.325	-	1.696	56	1.752
Termo	-	4.743	-	4.743	-	2.096	-	2.096
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.263	-	3.263	-	2.932	5	2.937
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	1	204	205	-	-	261	261
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	568	126	694	-	568	163	731
Derivativos - Ativo	-	9.207	1.023	10.230	-	7.292	485	7.777
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	-	3.363	374	3.737	-	2.667	177	2.844
Empresas Industriais	-	-	1	1	-	2	-	2
TOTAL	-	3.363	375	3.738	-	2.669	177	2.846
Opções	-	(1.350)	(177)	(1.527)	-	(1.899)	(188)	(2.087)
Termo	-	(3.583)	-	(3.583)	-	(1.191)	-	(1.191)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(2.257)	-	(2.257)	-	(2.007)	(6)	(2.013)
Swap c/ Verificação	-	-	-	-	-	-	-	-
Verificação de Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	(7)	(79)	(86)	-	(10)	(119)	(129)
Outros Derivativos	47	(171)	(79)	(203)	(46)	(183)	(22)	(251)
Derivativos - Passivo	47	(7.368)	(335)	(7.656)	(46)	(5.290)	(335)	(5.671)
Participação Itaúsa - 36,53% em Mar/11 e 36,57% em Dez/10	17	(2.692)	(105)	(2.779)	(17)	(1.935)	(123)	(2.074)
Empresas Industriais	-	(2)	-	(2)	-	(3)	-	(3)
TOTAL	17	(2.694)	(105)	(2.779)	(17)	(1.938)	(123)	(2.077)

Notas Explicativas

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/03/2011 para nossos ativos financeiros Mantidos para Negociação e ativos financeiros Disponíveis para Venda.

	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/03/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	-	801	-	960	(9)
Títulos de empresas	159	-	801	-	960	(9)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	-	406	-	563	(9)
Notas Promissórias	-	-	397	-	397	-
Outros	2	-	(2)	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	6	(257)	-	1.396	(173)
Títulos públicos do governo brasileiro	320	1	(64)	-	257	(15)
Títulos de empresas	1.327	5	(193)	-	1.139	(158)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	1	114	-	177	(158)
Notas Promissórias	1.265	4	(307)	-	962	-
	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Transferências no e/ou fora do Nível 3	Valor justo em 31/03/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	48	490	-	1.023	(55)
Opções	56	126	511	-	693	-
Swap - Diferencial a receber	5	-	(5)	-	-	-
Derivativos de Crédito	261	35	(92)	-	204	3
Outros Derivativos	163	(113)	76	-	126	(58)
Derivativos - Passivo	(335)	(182)	182	-	(335)	10
Opções	(188)	28	(17)	-	(177)	45
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	-	6	-	-	(5)
Verificação de Swap	(119)	-	119	-	-	-
Derivativos de Crédito	-	32	(111)	-	(79)	(6)
Futuros	(9)	-	9	-	-	(11)
Outros Derivativos	(13)	(242)	176	-	(79)	(13)

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 em 1º de janeiro de 2010 correspondem a um volume reduzido de opções exóticas e de *swaps plain-vanilla* ilíquidos. Em 2007 iniciamos a negociação de *swaps* de moeda estrangeira com características adicionais tais como alavancagem, barreiras e outros. A partir do final do terceiro trimestre de 2008, como consequência da desvalorização significativa do real em relação às principais moedas estrangeiras, o mercado para esses *swaps* tornou-se bem ilíquidos, o que resultou nesses instrumentos classificados no Nível 3.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 31/03/2011 e 2010.

Não houve transferências de Nível 3 em relação aos outros níveis durante o período de 31/03/2011 e 2010.

Notas Explicativas

NOTA 31 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O banco também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 258, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme a média móvel dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 12 meses, acrescida do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Notas Explicativas

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes	01/01 a 31/03/2011				01/01 a 31/03/2010
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	1.108	1.518	63	2.689	2.094
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(113)	(406)	-	(519)	(238)
Subtotal	995	1.112	63	2.170	1.856
Atualização/Encargos	2	11	-	13	17
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>131</u>	<u>62</u>	<u>(2)</u>	<u>191</u>	<u>157</u>
Constituição (1)	171	75	-	246	179
Reversão	(40)	(13)	(2)	(55)	(22)
Pagamento	(94)	(57)	-	(151)	(93)
Subtotal	1.034	1.128	61	2.223	1.937
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	76	401	-	477	241
Saldo Final	1.110	1.529	61	2.700	2.178
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2011	626	565	-	1.191	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/03/2010	450	560	-	1.010	

(1) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R\$ 60 (R\$ 42 em 2010).

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Movimentação das Provisões para Passivos Contingentes - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 31/03/2011		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial - 31/12/2010	1.996	897	2.894
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(16)	(16)
Subtotal	1.996	881	2.877
Atualização/Encargos	46	19	65
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>67</u>	<u>36</u>	<u>103</u>
Constituição	73	62	135
Reversão	(6)	(26)	(32)
Pagamento	(16)	(19)	(35)
Subtotal	2.093	917	3.010
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	16	16
Outros Ajustes	(2)	(1)	(3)
Saldo Final - 31/03/2011	2.091	933	3.024

Notas Explicativas

Movimentação dos Depósitos Judiciais / Administrativos - Fiscais e Previdenciários	01/01 a 31/03/2011		
	Obrigação Legal	Contingência	Total
Saldo Inicial - 31/12/2010	1.399	381	1.780
Apropriação de Rendas	34	12	46
Movimentação do Período	8	25	33
Depositados	15	35	50
Levantamentos Efetuados	-	(7)	(7)
Conversão em Renda	(8)	(3)	(11)
Outros Ajustes	(2)	(1)	(3)
Saldo Final - 31/03/2011	1.439	417	1.856

As principais discussões relativas às Obrigações Legais são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 898: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 358.
- CSLL - Isonomia – R\$ 355 enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 73.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 171: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 171.
- PIS – Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade - R\$ 136: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 26.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 1.738, sendo as principais naturezas descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 303: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- IRPJ/CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 186: defendemos que são despesas operacionais necessárias e dedutíveis nos termos da Lei as perdas em operações de crédito e os descontos em sua renegociação e recuperação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 178: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 215: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 119: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 601, e é representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

Notas Explicativas

d) Garantias de Recursos Voluntários

Dados em garantia de recursos voluntários relativos a processos de passivos contingentes estão vinculados, depositados ou arrolados os montantes abaixo:

	31/03/2011	31/03/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	565	454
Depósitos em Garantia	1.219	1.059

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras Deliberação nº 594, de 15/09/2009, da CVM.

Notas Explicativas

NOTA 32 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Conselho de Administração para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec que atuam no área industrial e no área financeira temos controle conjunto no Itaú Unibanco Holding.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detinha uma participação de 36,53%, em 31 de março de 2011 (36,57% em 31/12/2010).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

Notas Explicativas

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Itautec S.A.	Elekeiroz S.A.	
Ativos Totais	2011	746.535	6.238	1.086	642	282.957
	2010	600.722	5.671	1.287	628	222.466
Receitas Operacionais (2)	2011	29.676	660	331	185	12.913
	2010	26.156	607	348	205	11.018
Lucro Líquido	2011	3.473	77	11	8	1.367
	2010	3.088	69	8	6	1.138
Patrimônio Líquido	2011	67.651	3.521	522	473	29.452
	2010	60.405	3.206	511	439	26.261
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (3)	2011	20,7%	8,8%	8,5%	7,0%	18,7%
	2010	20,9%	8,7%	6,7%	5,7%	17,5%
Geração Interna de Recursos (4)	2011	10.121	203	16	18	3.728
	2010	8.741	177	14	18	3.107

(1) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Receita de Prêmios de Operações de Seguros e Previdência e Outras Receitas
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez/5)

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Abaixo segue informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	31/03/2011			31/12/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (1)	8.052	439	8.491	6.545	306	6.851
Ativos não Correntes	2.724	208	2.931	2.724	189	2.913

(1) Inclui receita de juros e rendimentos, receita de dividendos, ganho(perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2011 e em 2010.

Notas Explicativas

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanco, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Controladora				Consolidado			
	Valor da transação		Saldo em Aberto		Valor da transação		Saldo em Aberto	
	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/03/2010	31/03/2011	31/12/2010
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	-	(50)	-	-	-	-	(101)	(108)
Itaú Unibanco S.A.	-	(50)	-	-	-	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	-	-	(3)	(13)
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	(20)	(17)
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	(80)	(79)
Outras	-	-	-	-	-	-	2	1
Depósitos à Vista	-	-	-	-	-	2	-	3
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	-	1	-	-
Outras	-	-	-	-	-	1	-	3
Receitas de Prestação de Serviços	-	-	-	-	6	2	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	5	2	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	1	-	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita (Despesas) com Aluguéis	-	-	-	-	(8)	(8)	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	(6)	(6)	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com Doações	-	-	-	-	(14)	(10)	-	-
Instituto Itaú Cultural	-	-	-	-	(14)	(10)	-	-
Instituto Unibanco de Cinema	-	-	-	-	-	-	-	-
Associação Clube “A”	-	-	-	-	-	-	-	-

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Outras Despesas Administrativas R\$ 3 (R\$ 1 de 01/01 a 31/03/2010) em função da utilização da estrutura comum.

Notas Explicativas

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2011	31/12/2010
Duratex S.A.	385	362
Elekeiroz S.A.	14	15
Itautec S.A.	165	167
Total	564	544

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	31/03/2011	31/03/2010
Remuneração	1	3
Participações no Lucro	1	2
Total	2	5

Notas Explicativas

NOTA 34 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha fundos de curto prazo de R\$ 394 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

Risco de crédito, conforme resolução 3.721 do Banco Central do Brasil, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas: (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações e (iv) aos custos de recuperação.

A gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é feita tendo como objetivo otimizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas em níveis superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece suas políticas de crédito com base em fatores internos e externos. Dentre os internos destacam-se os critérios de classificação de clientes, a análise da evolução da carteira, os níveis de inadimplência registrados, as taxas de retorno observadas, a qualidade da carteira e o capital econômico alocado; já os externos estão relacionados ao ambiente econômico no Brasil e no exterior, e a fatores como a participação de mercado, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e aumento (ou redução) do consumo.

O processo de tomada de decisões e definição da política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estruturado de forma a garantir a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios, por meio de estrutura de comitês e comissões. No varejo, as decisões de concessão e gestão da carteira de crédito são tomadas tendo como base modelos de score continuamente acompanhados. No atacado, as diversas comissões se subordinam à Comissão Superior responsável pela gestão do risco de

Notas Explicativas

crédito, através de alçadas que garantem a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

1. Mensuração do Risco de Crédito

1.1. Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Itaú Unibanco leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados. A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco e dos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e *impairment*) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor que 4,44%
Médio	Menor que 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
Impairment	Operações Corporate com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *credit* e *behaviour score*, alinhados com as exigências do Comitê de Basileia. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

1.2. Títulos públicos e outros instrumentos de dívida

A Instituição classifica os títulos públicos e outros instrumentos de dívida de acordo com sua qualidade de crédito, visando a administrar suas exposições ao risco de crédito.

2. Controle do limite de risco de crédito

O Itaú Unibanco controla a exposição e a concentração de risco de crédito por setor de atividade econômica, região geográfica, tipo de produtos e outras variáveis que considera relevantes, através do estabelecimento de limites máximos de exposição considerados aceitáveis, e do monitoramento de indicadores de alerta, tais como indicadores de atraso e de consumo de limite. Com isso, garante-se o alinhamento permanente entre as estratégias definidas pela organização e eventuais mudanças no cenário de crédito.

Além disso, o grupo controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando de forma ativa para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

Notas Explicativas

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

O Itaú Unibanco Holding utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações que apresentam risco de crédito. Desse modo, as garantias são utilizadas com o fim de ajustar o potencial de recuperação do crédito em caso de inadimplência; e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

As garantias são importante instrumento de gestão do risco de crédito e por essa razão só são aceitas quando condizentes com os rigorosos critérios estabelecidos pelo grupo.

O Itaú Unibanco Holding assegura que qualquer garantia mantida é suficiente, juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O Itaú Unibanco Holding utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os compromissos para extensão de crédito (ex. cheque especial, limites pré-aprovados, compromissos de concessão de créditos, cartas de crédito em aberto ("standby") e outras garantias) representam porções não utilizadas do valor disponibilizado em operações de crédito. A exposição máxima, considerando-se a utilização total dos limites está demonstrada no quadro abaixo. Os limites são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo Itaú Unibanco está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo do Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo-se em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se *impaired* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com reclassificação interna maior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

5. Exposição ao risco de crédito

	31/03/2011			31/12/2010		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.593	6.998	12.591	4.684	10.151	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	104.934	869	105.803	87.396	1.286	88.682
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	103.382	5.574	108.956	101.815	13.682	115.497
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	147	147	-	306	306
Derivativos	8.227	2.003	10.230	5.571	2.206	7.777
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.478	33.214	43.692	19.601	24.938	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.445	671	3.116	2.478	692	3.170
Operações de Crédito	252.397	50.996	303.393	241.479	54.008	295.487
Off Balance	222.566	7.473	230.039	214.962	7.074	222.036
Avais e Fianças	39.263	1.936	41.199	36.510	1.864	38.374
Cartas de Crédito	9.772	-	9.772	8.628	-	8.628
Compromissos a Liberar	173.531	5.537	179.068	169.824	5.210	175.034
Crédito Imobiliário	8.979	-	8.979	9.064	-	9.064
Cheque Especial	82.962	-	82.962	82.299	-	82.299
Cartão de Crédito	74.399	556	74.955	72.034	522	72.556
Outros Limites Pré Aprovados	7.191	4.981	12.172	6.427	4.688	11.115
Total	710.022	107.945	817.967	677.986	114.343	792.329

A tabela apresenta a exposição máxima em 31 de março de 2011 e de 31 de dezembro de 2010, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Notas Explicativas

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Para as garantias (Avais, Fianças e Cartas de Crédito) o valor máximo da exposição ao risco de crédito é o montante que o Itaú Unibanco pode vir a desembolsar, se as garantias forem requeridas.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 76% das operações de crédito e demais ativos financeiros sobre o total das Operações de Crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 7,2% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 4,5% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/03/2011	%	31/12/2010	%
Setor Público	1.268	0,42%	1.138	0,39%
Indústria e Comércio	87.140	28,66%	84.997	28,77%
Serviços	62.650	20,61%	60.295	20,41%
Setor Primário	14.342	4,72%	13.933	4,72%
Pessoa Física	136.152	44,79%	132.939	44,99%
Outros Setores	2.441	0,80%	2.185	0,74%
Total	303.993	100,00%	295.487	100,00%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/03/2011	%	31/12/2010	%
Setor Primário	11.874	4,18%	581	0,21%
Setor Público	112.343	39,50%	85.058	30,99%
Indústria e Comércio	5.391	1,90%	5.614	2,05%
Serviços	36.067	12,68%	72.491	26,41%
Outros Setores	301	0,11%	7.218	2,63%
Pessoa Física	19	0,01%	21	0,01%
Financeiras	118.394	41,62%	103.517	37,71%
Total	284.389	100,00%	274.500	100,00%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento e Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito, Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

Notas Explicativas

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/03/2011				31/12/2010			
	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos não Vencidos	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	196.092	5.323	-	201.415	196.638	4.345	-	200.983
Médio	59.590	9.971	-	69.561	52.561	8.053	-	60.614
Alto	12.301	6.557	-	18.858	13.663	6.348	-	20.011
Impairment	331	-	13.828	14.159	749	-	13.130	13.879
Total	268.314	21.851	13.828	303.993	263.611	18.746	13.130	295.487
%	88,3%	7,2%	4,5%	100,0%	89,2%	6,3%	4,4%	100,0%

6.1.1 As operações de crédito, vencidos sem evento de perda, estão assim classificadas pelo seu vencimento:

	31/03/2011	31/12/2010
Vencidos em até 30 dias	14.100	12.646
Vencidos 31-60 dias	5.510	4.480
Vencidos 61-90 dias	2.241	1.620
Total	21.851	18.746

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros classificados por nível de risco:

Classificação Interna	31/03/2011					31/12/2010	
	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total	Total
Baixo	118.394	91.978	9.994	22.281	3.109	245.756	241.673
Médio	-	16.955	60	21.410	7	38.432	32.576
Alto	-	23	176	1	-	200	251
Total	118.394	108.956	10.230	43.692	3.116	284.388	274.500
%	41,6%	38,3%	3,6%	15,4%	1,1%	100,0%	100,0%

Os ativos financeiros que estão vencidos sem redução no valor recuperável ou individualmente vencidos com redução no valor recuperável estão cobertos parcialmente ou em sua totalidade por garantias.

Nas operações de crédito a pessoas jurídicas, grande parte das operações é dotada de garantias, que são requeridas conforme a finalidade do crédito. Operações destinadas a financiar a produção de bens têm como garantia mais comum, máquinas e equipamentos. Financiamentos de fluxo de caixa normalmente são garantidos por duplicatas ou cheques, recebíveis de cartão, avais ou coobrigação dos sócios da empresa e/ou terceiros. Operações destinadas a investimentos, por outro lado, normalmente recebem garantia de alienação fiduciária ou hipoteca do próprio bem objeto do financiamento. Além disso, também podem ser aceitas aplicações financeiras, cotas de fundos, títulos de dívida e outros instrumentos.

Já em relação ao crédito para pessoas físicas, garantias são requeridas principalmente em operações de financiamento imobiliário e de veículos, nas quais os próprios bens financiados são dados em garantia. Em relação aos demais produtos de crédito, a requisição de garantias é menos freqüente, mas também pode ocorrer; nesses casos, dentre os tipos mais comuns de garantias utilizadas são aplicações financeiras.

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de reestruturação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a conta do cliente (anteriormente inadimplente) retorna ao de não vencida e é classificada nos ratings internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda em 31 de março de 2011 caso não tivessem sido renegociadas, totalizavam R\$ 9.843 (R\$ 9.032 em 31/12/2010).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo

Notas Explicativas

máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	31/03/2011	31/12/2010
Imóveis Não de Uso	1	3
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	9	21
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	2	68
Outros (Veículos/móveis/Equipamentos) - Dação	-	2
Total	12	94

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, que podem, direta ou indiretamente, afetar o valor de nossos ativos, passivos e posições fora do balanço patrimonial. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e a otimização da relação risco-retorno por meio do uso de modelos e ferramentas de gestão avançadas.

O controle do risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes das carteiras das empresas pertencentes ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING e os processos e controles relevantes relacionados.

A Política de Gerenciamento de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº. 3.464 do Banco Central do Brasil. Constitui-se em um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da Instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as Unidades de Negócio e Veículos Legais do Conglomerado.

Estratégia de Gestão de Risco de Mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina o uso abrangente e complementar de métodos, bem como de ferramentas quantitativas e qualitativas para estimar, monitorar e gerenciar riscos, baseando-se nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

O desenvolvimento de modelos de otimização de portfólio auxilia na determinação de qual carteira de ativos financeiros apresenta a melhor relação risco-retorno.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa a balancear os objetivos de negócio da empresa com seu apetite a risco, considerando:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Portfólio de risco de mercado da instituição;
- Expertise para atuar em mercados específicos.

O controle do risco de mercado é realizado pela Diretoria de Controle de Risco de Mercado e Liquidez (DCRML), que executa as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais.

A DCRML também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando a fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento ao órgão regulador brasileiro.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com o objetivo de

Notas Explicativas

manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Identificação do Risco

As operações de tesouraria do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são classificadas conforme a intenção de negociação de acordo com os seguintes critérios:

- Carteira de Negociação (Livro Trading): consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.
- Carteira de Não-negociação (Livro Banking): formado pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. Consiste em operações estruturais e seus respectivos hedges, bem como em operações destinadas à gestão ativa da carteira.

As exposições a risco de mercados dos produtos, inclusive derivativos, são decompostas em fatores de risco. Um fator de risco refere-se a um parâmetro de mercado cuja variação acarreta impactos no resultado.

Os principais tipos de risco de mercado são descritos a seguir:

- Risco de taxa de juros: risco de perda das operações sujeitas à variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
 - Taxas dos cupons de índices de preços;
 - Taxas dos cupons de taxas de juros.
- Risco de taxa cambial: risco de perda das posições em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;
- Risco de ações: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de ações;
- Risco de mercadorias ("commodities"): risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias ("commodities").

Medidas de Risco:

As análises de risco são realizadas para cada fator de risco estimando-se as perdas em potencial adotando-se modelos de Value at Risk, ou VaR, com base no comportamento estatístico dos fatores de risco, com nível de confiança de 99%. A principal técnica empregada para a quantificação do risco é a medida baseada em parâmetros de mercado da redução potencial (ou aumento) do valor justo do ativo (ou passivo) associado à mudança nos fatores de mercado pelo parâmetro do mercado. O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando: (i) limites de risco baseados nos fatores de risco de mercado, (ii) VaR (nível de confiança de 99%), (iii) simulações de Stress e (iv) análises de resultado a realizar.

- Cálculo do Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que prevê a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Cálculo de Perdas em Cenários de Stress (Simulações de Stress): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos de um portfólio quando diversos fatores financeiros são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários ou hipóteses projetadas);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação de diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis.

Notas Explicativas

Medidas de Sensibilidade

- Análise de gaps: representação gráfica por fator de risco dos fluxos de caixa expressos a valor de Mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV1): medida de sensibilidade do resultado da carteira caso a curva de juros do fator de risco seja alterado em 1 ponto básico (0,01%) na taxa anual.

Controle de Perdas:

- Perda máxima (Stop Loss): prejuízo máximo, que um operador, uma submesa ou as mesas com operações classificadas na Carteira de Negociação podem atingir.

Estrutura de Limites:

O processo de gerenciamento de risco começa com a determinação dos limites, que são aprovados pelo Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). Os limites de risco de mercado estão estruturados de acordo com as diretrizes dadas pela Comissão Superior de Riscos (CSRisc), avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada Veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão;

- Limites Superiores: definidos pela CSTI, sendo que o controle diário é de responsabilidade das Unidades de Controle e o monitoramento e o reporte às Comissões Superiores é responsabilidade da Diretoria de Controle de Riscos de Mercado e Liquidez;
- Limites Internos: definidos pelas comissões locais de gestão de riscos e controlados diariamente pelas unidades, sem prejuízo da observância dos limites superiores.

Estes limites são informados a cada divisão de controle de risco das unidades de negócios que realiza as atividades diárias de gestão de risco e fornece informações periodicamente para a divisão de controle de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nossa divisão de controle de risco monitora o escopo, a precisão e a qualidade dos nossos controles. O ciclo de controle de risco é concluído com a divulgação do relatório de risco consolidado para o Comitê Superior de Tesouraria Institucional (CSTI). O comitê é responsável pelo monitoramento de todas as estratégias e exposições, entendendo e gerenciando em nível corporativo consolidado.

Capital Econômico Alocado:

- Utilizado como uma garantia de que a Instituição será capaz de absorver o impacto de perdas não esperadas, possibilitando a continuidade das atividades em cenários adversos.

Monitoramento do Risco de Mercado

A instituição conta com uma área de Gestão de Risco de Mercado unificada, focada no controle do risco de mercado do Itaú Unibanco e suas coligadas. A gestão de riscos das posições trading e banking do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é gerenciada através do controle do VaR Estatístico de sua posição estrutural (essencialmente posição banking) e de sua posição de tesouraria (essencialmente trading). De maneira complementar, cenários de estresse são utilizados para avaliação do risco de mercado nas carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A Tesouraria Institucional tem sua administração de risco segregada em três grupos: Gap Estrutural (banking), e o Flow Book e Mesa Carteira Própria.

Para monitorar a exposição ao risco de mercado, são administradas duas categorias de exposição: a carteira trading (livro de trading), administrada pela mesa de negociação flow book e pela mesa de negociação proprietária; e a carteira de não negociação (livro de banking ou “gap estrutural”).

Como resultado da associação com o Unibanco, unificamos os modelos e os controles de risco e os procedimentos existentes no Itaú BBA, no Unibanco e no Itaú em 2009.

Notas Explicativas

Monitoramos nosso livro de trading por meio da adoção de modelos de VaR, cenários de estresse de VaR, limites de perda máxima (prevenção de prejuízo) e alertas de perda máxima (que avisam que a prevenção de prejuízo pode ser obtida segundo os cenários de estresse). Administramos o nosso livro de banking por meio da adoção de modelos de VaR, cenários de estresse de VaR e simulações de lucro e prejuízo conforme os cenários de estresse.

Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O VaR Global demonstrado nas tabelas a seguir abrange o VaR consolidado das operações nacionais e internacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, abrangendo também as carteiras do Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco Itaú Europa, Banco Itaú Argentina, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Paraguai e Banco Itaú Uruguai. As carteiras do Itaú Unibanco e Itaú BBA são apresentadas conjuntamente, segregadas por fator de risco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca manter uma política de operação dentro de limites baixos com relação a nossa base de capital. Observamos que a diversificação do risco dentro de nossas unidades de negócios foi significativa, reduzindo o VaR global. Em 2011, VaR global médio foi de R\$ 134,1 milhões (R\$ 131,7 milhões em 31/12/2010) ou 0,19% (0,16% em 31/12/2010) do patrimônio total.

Fator de Risco	VaR Global (*)			31/03/2011	31/12/2010
	Média	Mínimo	Máximo		
	(em milhões de R\$)				
Taxa de Juros					
Renda Fixa	63,4	55,7	76,0	63,1	77,8
TR	35,0	24,6	54,8	35,5	28,4
Taxa de juros atrelada ao dólar	12,1	8,6	16,6	14,1	13,0
Taxa de juros atrelada ao índice de inflação	17,6	11,3	22,3	20,4	18,6
Títulos Soberanos	4,6	2,6	6,3	5,8	4,3
Taxa de juros internacional	7,9	4,6	28,3	5,6	15,1
Commodities					
Commodities	14,5	4,4	20,6	8,3	18,5
Taxa de Câmbio					
Risco cambial - outros	8,9	3,8	13,7	4,9	5,7
Taxa de câmbio – dólar americano	3,1	-	10,9	2,6	9,7
Ações					
Ações	16,6	8,0	25,4	22,3	14,4
Outros					
Outros	4,1	1,8	8,4	6,4	2,4
Itaú Argentina	1,9	1,4	2,3	2,3	1,6
Itaú Chile	5,3	3,3	7,6	4,4	3,3
Itaú Uruguai	0,4	0,2	0,7	0,3	0,2
Itaú Europa	2,3	0,6	5,6	4,3	0,6
Itaú Paraguai	0,3	0,1	0,8	0,3	0,9
Efeito de diversificação	-	-	-	(66,5)	(82,8)
Total	128,1	113,3	159,1	134,1	131,7

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade

Os riscos provenientes de instrumentos financeiros da Itaúsa são, em sua maioria, provenientes das operações de sua controlada ITAÚ UNIBANCO - Área Financeira que, de acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II, segregam-se em Carteira de Negociação (Trading) e Carteira Estrutural (Banking). As exposições provenientes das controladas da área industrial serão demonstradas de forma segregada e consolidada, dada sua menor relevância e para que haja melhor apresentação dos valores.

As análises de sensibilidades, demonstradas abaixo, não prevêm a dinâmica de funcionamento das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação de exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

		Valores em BRL mil		
Carteira Trading	Exposições	31/03/2011 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários		
		I	II	III
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(4.111)	(102.445)	(204.215)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.603)	(39.614)	(78.283)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	824	(20.600)	(41.200)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(262)	(6.579)	(13.218)
TR	Taxa do cupom de TR	(520)	(12.092)	(22.362)
Commodities	Variação nos preços de commodities	(2)	(47)	(94)
Renda Variável	Preço de ações	3.756	(93.883)	(187.766)
Total sem correlação - área financeira		(1.918)	(275.260)	(547.138)
Total com correlação - área financeira		(1.309)	(187.880)	(373.452)
Total sem correlação - área industrial (**)			(3.503)	(6.047)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

(**) Inclui exposições em moeda estrangeira, taxa de juros e preço

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto básico nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação, índices de taxas de juros e commodities e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações que tem como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc)

Cenário II: Aplicação de choques de mais e menos 25% na carteira de 31/03/2011, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de mais e menos 50% na carteira de 31/03/2011, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Todos os instrumentos financeiros derivativos contratados pela ITAÚSA CONSOLIDADO estão demonstrados na Nota 7.

Notas Explicativas

A tabela a seguir demonstra a posição dos nossos ativos que rendem juros e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprerificação apresentados devido a diferentes datas de reprerificação durante o período.

Risco de taxa de juros (*)

	31/03/2011					31/12/2010	
	0-30	31-180	181-365	1-3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Ativos Remunerados	199.783	169.854	68.735	162.348	78.669	679.389	651.291
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.069	4.137	1.775	607	3	12.591	14.835
Aplicações no Mercado Aberto	36.397	52.768	893	7.749	7.996	105.803	88.682
Depósitos Compulsórios no Banco Central	90.861	-	-	-	-	90.861	81.304
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	8.969	25.995	10.551	33.063	30.378	108.956	115.497
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor Justo Através do	-	-	-	-	147	147	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6.373	4.394	6.097	9.758	17.070	43.692	44.539
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	134	73	210	2.699	3.116	3.170
Derivativos	1.352	3.474	1.788	1.320	2.296	10.230	7.777
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	49.762	78.952	47.558	109.641	18.080	303.993	295.487
Passivos Remunerados	180.655	58.553	50.646	142.259	80.493	512.606	398.608
Depósitos de Poupança	58.997	-	-	-	-	58.997	57.900
Depósitos a Prazo	17.229	18.668	21.788	29.564	29.138	116.387	116.417
Depósitos Interfinanceiros	945	1.259	449	227	34	2.914	1.929
Depósitos para Investimentos	948	-	-	-	-	948	906
Mercado Aberto	93.393	15.613	12.315	68.965	16.467	206.753	199.657
Mercado Interbancário	4.074	17.984	13.580	23.369	9.595	68.602	61.422
Mercado Institucional	618	3.287	846	18.533	23.275	46.559	44.513
Derivativos	661	1.742	1.668	1.601	1.984	7.656	5.671
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	819	-	-	-	-	819	1.335
Passivos de Planos de Capitalização	2.971	-	-	-	-	2.971	2.603
Diferença ativo/passivo	19.128	111.301	18.089	20.089	(1.824)	166.783	158.659
Diferença Acumulada	19.128	111.301	18.089	20.089	(1.824)	166.783	158.659
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	2,8%	16,4%	2,7%	3,0%	(0,3%)	24,5%	24,4%

RISCO DE MOEDA

	31/03/2011					31/12/2010
ATIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total	Total
Disponibilidades	3.330	146	79	1.257	4.812	4.841
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	17	-	1.163	1.180	906
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.964	2.275	-	759	6.998	10.151
Aplicações em Mercado Aberto	769	-	-	100	869	1.286
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.469	893	-	212	5.574	13.682
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	147	-	-	147	306
Derivativos	1.764	153	-	86	2.003	2.206
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	30.149	536	-	2.529	33.214	24.937
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	671	-	-	-	671	692
Operações de Crédito, líquida	27.608	4.213	2.448	16.727	50.996	53.251
TOTAL DO ATIVO	72.724	8.380	2.527	22.833	106.464	112.258

	31/03/2011					31/12/2010
PASSIVO	Dólar	Euro	Ien	Outros	Total	Total
Depósitos	22.000	1.712	256	13.733	37.701	37.134
Captações no Mercado Aberto	6.963	-	-	270	7.233	15.586
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	64	-	755	819	1.335
Derivativos	1.557	174	-	71	1.802	1.933
Recursos de Mercados Interbancários	20.176	737	43	1.324	22.280	27.086
Recursos de Mercados Institucionais	35.368	3.111	-	355	38.834	29.620
TOTAL DO PASSIVO	86.064	5.798	299	16.508	108.669	112.694

POSIÇÃO LÍQUIDA	(13.340)	2.582	2.228	6.325	(2.205)	(436)
------------------------	-----------------	--------------	--------------	--------------	----------------	--------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 6 referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Nota 09 referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Notas Explicativas

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco Holding possui estrutura dedicada ao aperfeiçoamento da monitoração e análise, através de modelos de projeções estatísticas e econômico-financeiras, das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

Em observância às exigências da Resolução 2.804/00 e da Circular 3.393/08 do Banco Central do Brasil, é enviado mensalmente ao Banco Central o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de Funding

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 368,5 bilhões de reais no primeiro trimestre de 2011, com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos - 29,1% do total, ou R\$ 107,5 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é bastante estável: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	31/03/2011			31/12/2010	
	0-30 dias	Total	%	Total	%
Depósitos	102.794	203.922	55,2	202.688	
Recursos à Vista	24.676	24.676	6,7	25.349	7,0
Recursos de Poupança	58.997	58.997	16,0	57.900	16,0
Recursos a Prazo	17.229	116.387	31,5	116.416	32,1
Outros Recursos	1.892	3.862	1,0	3.023	0,8
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	1.845	26.942	7,5	24.304	6,7
Recursos de Emissão Própria (2)	2.807	101.654	27,5	101.278	27,9
Dívida Subordinada	62	35.934	9,8	34.487	9,5
Total	107.508	368.452		362.757	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Notas Explicativas

Controle de Liquidez

O Itaú Unibanco Holding gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o primeiro trimestre de 2011, o Itaú Unibanco Holding manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (disponibilidades de caixa, posições bancadas das aplicações no mercado aberto e títulos públicos livres) totalizavam R\$ 75,3 bilhões e representavam 70,0% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 20,4% do total de recursos e 15,7% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo Itaú Unibanco Holding na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores Liquidez	%
Ativos Líquidos / Recursos em até 30 dias	70,0
Ativos Líquidos / Recursos Totais	20,4
Ativos Líquidos / Ativos Totais	15,7

Adicionalmente, apresentamos os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes considerando seus fluxos não descontados, exceto pelos derivativos que são apresentados pelos valores descontados.

<i>R\$ Milhões</i>					
Fluxos Futuros não Descontados exceto para Derivativos	31/03/2011			31/12/2010	
PASSIVO	0 - 30	31 - 365	Acima de 365 dias	Total	Total
Depósitos	103.589	42.895	72.204	218.688	225.333
Depósito a Vista	24.676	-	-	24.676	25.532
Depósito Poupança	58.997	-	-	58.997	57.900
Depósito a Prazo	18.020	41.123	71.798	130.941	138.911
Depósito Interfinanceiros	948	1.772	406	3.126	2.084
Outros Depósitos	948	-	-	948	906
Captações no Mercado Aberto (1)	93.817	29.587	114.735	238.139	214.503
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	1.855	12.675	16.619	31.149	27.358
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	2.511	20.222	39.151	61.884	56.392
Dívidas Subordinadas (4)	62	7.316	39.330	46.708	46.262
Instrumentos Financeiros Derivativos (5)	726	3.409	3.599	7.734	5.671
	202.560	116.104	285.638	604.302	575.519

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(5) A liquidez relativa a instrumentos financeiros derivativos é gerenciada com base no seu valor justo.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da VA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 9 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Não se aplica.